



RELATÓRIO DE REDIVISÃO DE ÁREAS DE CRAS:

Áreas de abrangência, adequação das equipes e endereços (2021)

NEXO – estudos e relatórios sociais:

Texto, tabelas, gráficos, mapas e diagramação: **Rodrigo dos Santos Oliveira** -
bacharel pela USP, registro profissional como sociólogo sob número 0002285/SP –
20/06/2016, e mestre pela UNICAMP.

Revisão textual: **Flávio Novaes Mancuso**

Solicitado por UGADS, Jundiaí – SP:

Gestora: **Maria Brant**

Diretora da Proteção Básica: **Cássia Regina Carpi Rodrigues do Prado**

Departamento de Vigilância Social de Jundiaí:

Diretora de Vigilância Social: **Katsuscia Deldotti Almeida**

Orientadora Social: **Natália de Oliveira Pereira**

Orientadora Social: **Rafaela Brolo Mania**

Bancos de dados utilizados: IPVS (2010); Micro dados Censo, IBGE (2010); CECAD
(2021); Planilha de Atendimento de CRAS (2018 a 2021) e CREAS (2018 a 2020).

Referência para citação:

OLIVEIRA, Rodrigo dos Santos. **Relatório de redivisão de áreas de CRAS**. Jundiaí, SP:
Nexo: estudos e relatórios (publicação digital), 2021.

Produção: julho a dezembro de 2021.

Sumário

Siglas	4
Lista de tabelas	5
Lista de gráficos	6
Lista de mapas	6
Introdução	8
Parte 1 – Questões conceituais, o que diz a legislação	10
1.1 – Quantidade de CRAS, localização e equipe.	10
1.2 – Como identificar as famílias referenciadas.	11
1.3 – Conclusão da primeira parte	14
Parte 2 – Diagnóstico	16
2.1 – A quantidade de CRAS segundo diferentes fontes	16
2.1.1 - Dados do IBGE	16
2.1.2 - Dados de atendimento do SUAS Jundiaí	19
2.1.3 - Dados do IPVS	28
2.1.4 - Dados do CadÚnico	33
2.2 – A localização dos CRAS e suas áreas atuais	36
2.2.1 - Localização atual dos CRAS	36
2.2.2 - Áreas de abrangência atuais dos CRAS	44
2.3 – A adequação das equipes	47
2.3.1 - O ID_CRAS e as equipes em Jundiaí	48
2.4 - Conclusão da segunda parte	51
Parte 3 – Proposta de redivisão	53
3.1 – Sugestões de endereço para o CRAS Central	53
3.2 – Mudanças nas áreas de CRAS	60
3.2.1 – Discussão sobre como mudar as áreas de CRAS	60
3.2.2 – Propostas de alteração de áreas de abrangência	63
A) - Extensão das áreas	63
B) - Dados sociais em cada proposta de área	73
3.3 – Proposta de adequação das equipes	78
3.4 - Conclusão da terceira parte	82
Referências Bibliográficas	85



Siglas

CadÚnico: Cadastro Único

CE: CRAS Central

CECAD: Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

CRAS: Centro de Referência da Assistência Social

CREAS: Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DAE: Departamento de Água e Esgoto

EV: Equipe Volante

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ID CRAS: Indicador de Desenvolvimento das unidades CRAS

IPVS: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

KM: Quilometro

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social (atual Ministério da Cidadania)

NH: CRAS Novo Horizonte

NOB SUAS: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

RMA: Registro Mensal de Atendimento

S.M.: Salário Mínimo

SMPMA: Planejamento Urbano e Meio Ambiente

SC: CRAS São Camilo

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEDUC-SP: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SG: CRAS Santa Gertrudes

SP: São Paulo

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

TA: CRAS Tamoio

UGADS: Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social

Lista de tabelas

Tabela 1 - Total de domicílios em Jundiaí e necessidade de CRAS 2010 x 2021	17
Tabela 2 - Domicílios com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo por áreas atuais de CRAS, comparação 2010 e estimativa 2021	18
Tabela 3 - Atendimentos por CRAS e por período - Jundiaí (SP)	20
Tabela 4 - Atendimentos de CRAS por tipos e por períodos - Jundiaí (SP)	22
Tabela 5 - Atendimentos técnicos de CRAS por equipe envolvida em cada atendimento e por períodos - Jundiaí (SP).....	23
Tabela 6 - Atendimentos de CRAS por local de realização do atendimento e por períodos - Jundiaí (SP)	24
Tabela 7 - Atendimentos de CRAS benefícios solicitados e/ou entregues - Jundiaí (SP)	26
Tabela 8 - Grupos do IPVS 2010 - setores censitários com mais de 50 domicílios.....	30
Tabela 9 - Indicadores selecionados dos que compõem o IPVS em Jundiaí - 2010.....	31
Tabela 10 - Domicílios por grupos de vulnerabilidade selecionados do IPVS 2010 e estimativa para 2021	32
Tabela 11 - Domicílios dos grupos 4, 5 e 6 do IPVS em Jundiaí, por áreas de CRAS, conforme estimativa de crescimento para 2021.....	32
Tabela 12 - Famílias por faixas de rendimento no CadÚnico 2021	33
Tabela 13 - Comparação da quantidade de famílias por faixas de rendimento em cada área atual de CRAS no CadÚnico 2021	34
Tabela 14 - Famílias, no CadÚnico, por faixas de renda familiar per capta - Jundiaí (SP), outubro de 2018.....	35
Tabela 15 - Domicílios conforme classificação IPVS em um raio de 2km de cada CRAS - Jundiaí (SP)	43
Tabela 16 - Extensão aproximada de cada área atual de abrangência de CRAS	45
Tabela 17 - Total de domicílios com renda per capita de até 1/2 S.M. em cada área atual de CRAS por zona rural versus urbana.....	46
Tabela 18 - Equipe mínima, ID CRAS considerando referenciamento de 3.501 até 5.000 famílias	48
Tabela 19 - Equipe atual versus equipe mínima de CRAS - Jundiaí (SP)	50
Tabela 20 - Domicílios conforme classificação IPVS em um raio de 2km de cada possível endereço do CRAS Central - Jundiaí (SP).....	58
Tabela 21 – Domicílios dos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta (conforme IPVS) em um raio de 2km de cada possível endereço do CRAS Central - Jundiaí (SP).....	59
Tabela 22 - Extensão aproximada de cada proposta de área de abrangência de CRAS	71
Tabela 23 - Equipe mínima de CRAS em conformidade com as propostas de redivisão de áreas - Jundiaí (SP)	78
Tabela 24 - Vigilância Social - <i>Déficit</i> da equipe de gestão tendo em vista categorias por áreas de formação - Jundiaí (SP).....	81

Lista de gráficos

Gráfico 1 - atendimentos de CRAS - Jundiaí (SP).....	20
Gráfico 2 - atendimentos por CRAS e por períodos - Jundiaí (SP).....	21
Gráfico 3 - atendimentos de CRAS por tipos e por períodos - Jundiaí (SP).....	22
Gráfico 4 - atendimentos de CRAS por equipe envolvida, em porcentagem, comparação 2019 e 2020 - Jundiaí (SP).....	23
Gráfico 5 - atendimentos de CRAS por local de realização do atendimento e por períodos - Jundiaí (SP)	25
Gráfico 6 - atendimentos de CRAS, cestas básicas concedidas - Jundiaí (SP)	26
Gráfico 7 - atendimentos psicossociais particularizados no CREAS - Jundiaí (SP).....	27
Gráfico 8 – Famílias encaminhadas do CREAS ao CRAS - Jundiaí (SP).....	28
Gráfico 9 - Extensão aproximada de cada proposta de área de abrangência de CRAS	72
Gráfico 10 -Total de domicílios em cada proposta de áreas de CRAS	73
Gráfico 11 - População total em cada proposta de áreas de CRAS	74
Gráfico 12 - Total de domicílios em territórios de vulnerabilidade média, alta e muita alta em cada proposta de área de CRAS.....	75
Gráfico 13 - Total de domicílios com renda de até 1/2 S.M. per capita em cada proposta de área de CRAS	77

Lista de mapas

Mapa 1 - IPVS e localização dos CRAS em Jundiaí (SP)	37
Mapa 2 - IPVS e localização dos CRAS por bairros de Jundiaí (SP)	38
<i>Mapa 3 - IPVS e localização do CRAS Central - Jundiaí).....</i>	<i>39</i>
Mapa 4 - IPVS e localização do CRAS Novo Horizonte - Jundiaí (SP)	40
Mapa 5 - IPVS e localização do CRAS São Camilo - Jundiaí (SP).....	40
Mapa 6 - IPVS e localização do CRAS Santa Gertrudes - Jundiaí (SP).....	41
Mapa 7 - IPVS e localização do CRAS Tamoio - Jundiaí (SP)	41
Mapa 8 - IPVS e localização do CRAS Vista Alegre - Jundiaí (SP)	42
Mapa 9 - Abrangência atual dos CRAS - Jundiaí (SP).....	45
Mapa 10 - Setores censitários classificados em urbanos e rurais - Jundiaí (SP).....	49
Mapa 11 – IPVS em um raio de 2KM da Vila Ana (sugestão de endereço para o CRAS Central) 55	
Mapa 12 – IPVS em um raio de 2KM do Jardim Sorocabano (sugestão de endereço para o CRAS Central).....	55
Mapa 13 – IPVS em um raio de 2KM da Vila Hortolândia (sugestão de endereço para o CRAS Central).....	56
Mapa 14 – IPVS em um raio de 2KM do Jardim FEPASA (sugestão de endereço para o CRAS Central).....	56
Mapa 15 – IPVS em um raio de 2KM da Vila Maringá (sugestão de endereço para o CRAS Central).....	57
Mapa 16 - Comparação entre a área atual de CRAS e as 03 propostas de redivisão	64
Mapa 17 - Divisão atual de áreas de CRAS em Jundiaí (SP) - com abairramento.....	65



Mapa 18 - Proposta 01 de redivisão de áreas de CRAS em Jundiaí (SP) - com abairramento66

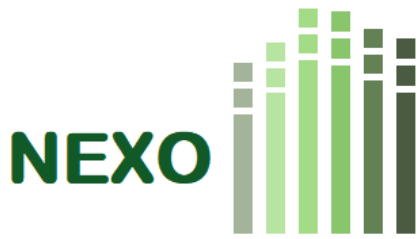
Mapa 19 - Proposta 02 de redivisão de áreas de CRAS em Jundiaí (SP) - com abairramento67

Mapa 20 - Proposta 03 de redivisão de áreas de CRAS em Jundiaí (SP) - com abairramento68

Introdução

Como definir a área de abrangência de um CRAS? Essa é a pergunta base e norteadora do estudo que aqui apresentamos. A localização do CRAS e sua área de abrangência está relacionada com o público ao qual ele prioritariamente deve atender, a população que tem maior demanda dos serviços de assistência social. Tendo isso em vista, é necessário então definir quem faz parte deste público prioritário (e prioritário não significa exclusivo, já que qualquer pessoa pode vir a utilizar algum serviço oferecido pelo CRAS em algum momento). Definir o público implica também em pensar sobre a sua dimensão (quantidade de pessoas de tal público) para então definir quantos equipamentos e funcionárias(os) vamos precisar para dar conta dessa demanda. Além disso, é necessário saber onde se concentra tal público no território municipal, o que ajuda a estabelecer o melhor lugar de localização para o CRAS – isso se o público prioritário não estiver totalmente disperso pela cidade. Com isso em vista, podemos iniciar uma redefinição das áreas de abrangência, o que também implica ainda em conversar com quem de fato atua no território, pois o conhecimento da realidade social ultrapassa os dados frios de levantamentos como o Censo e demais estatísticas – que serão utilizadas para mensuração do público alvo. Após a análise de todos estes pontos é que podemos definir uma área de abrangência para cada equipamento, buscando cobrir a totalidade do município.

Felizmente a PNAS, a NOB SUAS, o ID CRAS e as Orientações técnicas de CRAS já nos fornecem muitas informações, recomendações e determinações a respeito de tudo isso, embora alguns pontos ainda estejam em aberto. Apesar de a legislação estabelecer os parâmetros, é de incumbência do município realizar estudos técnicos para determinar como a política deve acontecer com base na realidade local, sem fugir aos marcos legais, mas pensando na especificidade da cidade. A proposta deste relatório é, justamente, indicar, com base em dados sobre Jundiaí, qual é e onde está a população prioritária para atendimento nos CRAS e assim (re)definir a quantidade de equipamentos recomendados, equipes de referência, endereços e a divisão geográfica entre as áreas de CRAS, ou seja, as áreas de abrangência dos mesmos.



Nesse sentido, na “Parte 1”, retomando os parâmetros da legislação, iniciamos com uma breve consideração sobre as orientações oficiais acerca das questões acima levantadas (definição de público, localização e áreas de abrangência). Na “Parte 2” realizaremos o diagnóstico do que há na cidade, em termos de população em situação de vulnerabilidade, segundo as últimas pesquisas. A ideia é mensurar e localizar a demanda dos CRAS, bem como avaliar suas áreas de abrangência atuais, localização e quantidade de equipes. Também nessa parte aplicaremos a projeção de crescimento populacional para 2021 aos grupos em vulnerabilidade mapeados no Censo de 2010, e trabalharemos com dados de diferentes fontes para fins de comparação (IBGE, IPVS, CadÚnico e dados de atendimento do SUAS Jundiaí). Finalmente, na “Parte 3” será exposta a proposta de redivisão de áreas de abrangência e demais adequações que eventualmente se fizerem necessárias, considerando os dados levantados e a legislação da assistência social.

Por fim, vale informar que todas as etapas da construção deste relatório serão apresentadas e discutidas em reuniões com as equipes dos CRAS e a diretoria. A *Nexo* está sempre aberta a críticas, sugestões ou quaisquer apontamentos pertinentes relativos a este e outros trabalhos, atendendo pelo e-mail nexoestudoserelatorios@gmail.com

Parte 1 – Questões conceituais, o que diz a legislação

1.1 – Quantidade de CRAS, localização e equipe.

Em primeiro lugar, vamos retomar o que diz a legislação sobre a quantidade de CRAS conforme as características municipais. Em cidades de grande porte (demográfico), deve haver no “mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas” (BRASIL [NOB], 2005a, p. 67). E a PNAS define que “entende-se por municípios de grande porte aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias)” (BRASIL [PNAS] 2005b, p. 46). Jundiáí tem, pelo último Censo (IBGE, 2010), um total de 370.126 pessoas (e cerca de 118.223 famílias)¹, e a estimativa para o ano de 2021, pelo mesmo instituto, é de 426.935 pessoas (IBGE, 2021), ou seja, é uma cidade de grande porte nos termos da política de assistência social.

No quesito localização, as orientações técnicas para os CRAS são claras, elas informam que:

nos municípios de médio e grande porte, bem como nas metrópoles, o CRAS deve situar-se nos territórios de maior vulnerabilidade. Em caso de impossibilidade temporária (não existência de imóvel compatível, grande incidência de violência, dentre outros), a unidade deve ser instalada em local próximo ao território de abrangência, a fim de garantir o efetivo encaminhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e seu acesso à proteção social básica. Nestes municípios, em que será necessária a instalação de vários CRAS visando universalizar a Proteção Social Básica, para a cobertura de todas as áreas vulneráveis, *os CRAS poderão ter territórios maiores do que o padrão estipulado pela NOB-SUAS, desde que disponham de recursos humanos compatíveis com o encaminhamento de um número maior de famílias*” (BRASIL [Orientações CRAS], 2009, p. 34-35, grifos nossos)

E para territórios com baixa densidade populacional, “o CRAS deverá instalar-se em local de melhor acesso para a população e poderá realizar a cobertura dessas áreas por meio de equipes volantes ou de unidades itinerantes, responsáveis pelo deslocamento dos serviços.” (BRASIL

¹ O número de famílias não é divulgado nos dados do Censo. Portanto, como aproximação utilizamos aqui o número de “domicílios particulares ocupados com entrevista realizada”, disponível nos micro dados do Censo 2010, que é de 118.223. Esse dado, vale lembrar, é subnotificado, já que há domicílios que não foram entrevistados pelo IBGE e já que mais de uma família pode residir no mesmo domicílio. De qualquer modo, é o dado mais aproximado de que dispomos.

[Orientações CRAS], 2009, p. 34-35). Em Jundiá, tais territórios de baixa densidade populacional são áreas como a Serra (Cristais e Japi) e regiões rurais.

Além disso, é importante notar que há uma definição do que se estabelece como um padrão de qualidade desejável para os CRAS em cidades de grande porte, e que varia de acordo com o número de famílias referenciadas por equipamento. Este indicador é o ID CRAS (2019)² e no quesito RH, indica que cada CRAS deve ter como padrão desejável 9 profissionais (13 se houve necessidade de equipe volante) sendo no mínimo 5 (7 se equipe volante) de nível superior (os demais podem ter nível médio), para cada CRAS que referencia um número de famílias entre 3.501 e 5.000. Dentro desse número, deve haver ainda um mínimo de 2 Assistentes Sociais (3 se equipe volante) e 1 psicóloga(o), com ainda no mínimo 2 profissionais de nível superior tendo vínculo estatutário ou emprego público celetista e um(a) coordenadora de nível superior (BRASIL [ID CRAS], 2020, n.p.).

Sendo assim, em resumo, entende-se que deve haver em Jundiá um CRAS para no máximo 5 mil famílias referenciadas; a equipe mínima para tal quantidade de famílias referenciadas é indicada pelo ID CRAS (2019), mas se uma unidade referenciar mais famílias que as 5 mil, os recursos humanos devem ser compatíveis; os CRAS devem estar instalados ou nas áreas de maior vulnerabilidade, ou o mais próximo possível delas; e em locais de dispersão da população em vulnerabilidade, devem atuar equipes volantes.

1.2 – Como identificar as famílias referenciadas.

Quanto às famílias referenciadas em cada CRAS (um máximo de 5.000 por equipamento), entende-se como família nessa categoria: “aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade”. (BRASIL [NOB], 2005a, p. 21). Estas famílias não precisam necessariamente estar em atendimento nos CRAS, mas vivem em territórios de vulnerabilidade, podendo demandar os serviços dos CRAS em algum momento. A questão principal então é definir precisamente quais são

² Não há publicação de ID CRAS para os anos de 2020 e 2021 pelo MDS, conforme consta no portal, disponível no link a seguir: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>

estas “áreas caracterizadas como de vulnerabilidade” e verificar a quantidade de famílias residentes em tais localidades.

Identificando essas áreas e seus residentes, chegamos mais perto do público alvo dos CRAS, que em realidade é amplo, pois se constitui ainda de:

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL [PNAS], 2005b, p. 34)

E embora as vulnerabilidades não se limitem à renda (como visto acima), ainda assim a NOB SUAS prevê o uso do critério de renda como forma de identificação do público prioritário, com base no seguinte entendimento:

diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa, em especial no que diz respeito à obtenção de informações sociais intraurbanas municipais, bem como informações de difícil mensuração ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência, negligência e abandono. Ao reconhecer esta dificuldade, a NOB-SUAS admite que os CRAS sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias. Em geral, territórios com concentração de famílias pobres são mais vulneráveis pois, desprovidos de serviços, o que evidencia a necessidade de uma maior atenção do Estado.” (BRASIL [Orientações CRAS], 2009, p. 34)

Há de se ter em conta que essa é uma orientação nacional, e que portanto deve pautar-se em um critério disponível a todos os municípios (tal como é o critério de renda domiciliar por setor

censitário, divulgado nos micro dados do IBGE, 2010)³. Contudo, para o estado de São Paulo, em específico, nos dispomos de um mecanismo de identificação de territórios vulneráveis muito mais preciso, que leva em conta não só a renda dos grupos familiares, mas também sua condição de moradia, faixa etária, situação do setor censitário de residência (se favela ou não), entre outras variáveis. Trata-se do IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010). E sendo o IPVS construído através dos micro dados do Censo 2010, podemos estimar, ainda que de forma muito genérica, os dados para 2021, com base na estimativa de crescimento populacional de Jundiá para o mesmo ano – divulgada também pelo IBGE (2021). A função principal do IPVS é, justamente, “subsidiar pesquisas, projetos e políticas públicas de combate à pobreza.” (SEADE, 2013, p .4), na medida em que ele é um indicador “fundamentado em estudos e teorias sobre o fenômeno da pobreza, que levam em conta não apenas a renda, mas também os diversos fatores determinantes da situação de vulnerabilidade social” (SEADE, 2013, p .4).

Ainda que o IPVS seja um ótimo indicador para classificar, localizar e contabilizar as famílias nos territórios em situação de vulnerabilidade social, é de se ter em conta a orientação *nacional* de classificação por renda (famílias com rendimento mensal de até meio salário mínimo per capita), como citado. Podemos, então, utilizar também os dados de rendimento domiciliar do IBGE. Usando as duas fontes de dados, conseguimos verificar qual é a diferença entre elas, no que diz respeito à contabilização das famílias que potencialmente podem demandar atendimento nos CRAS. Assim, podemos utilizar a classificação IPVS e os dados do Censo referentes à renda em paralelo, comparando os resultados.

Outro dois recursos, muito úteis nessa análise, são: 1) a base de dados do CadÚnico, que já realiza um filtro ao incluir somente famílias que estão em condição de pobreza e/ou

³ Sobre os setores censitários, podemos defini-los da seguinte forma: “(...) para fins de Censo, o país todo está dividido em subáreas denominadas setores censitários, e que não misturam regiões urbanas e rurais. Os setores são menores que os municípios, e nunca um setor, ainda que esteja na borda de um município, vai transpassar os limites municipais, ou seja, não pode um setor censitário compor área que pertença a dois ou mais municípios, e o mesmo se aplica às divisões estaduais. Assim, os setores são pequenos pedaços das cidades, cuja soma nos dá a informação da totalidade municipal, (...) Nesse nível de detalhamento, podemos, por exemplo, ao analisar uma cidade por setores censitários, criar um mapa para verificar quantas pessoas em situação de extrema pobreza residem em cada setor dentro do município, tendo desse modo uma visão detalhada das diferentes áreas de uma mesma cidade (...)”. (OLIVEIRA, 2021, p. 34-35)

buscam algum programa da assistência social; e 2) os dados de atendimento efetivos realizados no SUAS Jundiá, os quais nos dão uma dimensão da demanda já presente nos serviços. O CadÚnico pode ser organizado por CRAS, para então verificarmos a quantidade de famílias em cada uma das áreas atuais de CRAS; e os dados de atendimento já provém de cada CRAS em separado. Podemos assim comparar os dados que se referem às famílias que efetivamente já têm algum contato com o SUAS (dados de atendimento e CadÚnico), com os dados do IBGE e IPVS, que tratam da cidade como um todo, independentemente de qualquer política social que eventualmente algum indivíduo ou família tenha acessado.

Por fim, a indicação mais precisa referente à mensuração das famílias do público prioritário se baseia na meta 7 do Pacto de Aprimoramento do SUAS (2014/2017). Ela estabelece que se deve “ampliar a cobertura da Proteção Social Básica nos municípios de grande porte e metrópoles” (BRASIL [Pacto de Aprimoramento do SUAS], 2013, n.p.), de modo que, mantendo-se o critério de até 5.000 famílias para cada equipamento, a quantidade de CRAS cubra o referenciamento de *20 por cento dos domicílios existentes no município*, conforme IBGE, independentemente da renda. Vale considerar que essa era a meta para 2017 (não houve atualização do Pacto de aperfeiçoamento para a gestão municipal até o presente) e estamos em 2021, ou seja, essa meta está, também, desatualizada, mas é o que se tem de referência para mensuração.

1.3 – Conclusão da primeira parte

Em resumo:

Jundiá é uma cidade de grande porte, conforme a definição adotada na PNAS;

Para as cidades nessa categoria a indicação é de no mínimo quatro CRAS, ou um para cada 5.000 famílias referenciadas (aquelas vivendo em territórios ou em situação de vulnerabilidade), e o número de CRAS deve ainda cobrir 20 por cento dos domicílios da cidade;



A equipe mínima de cada CRAS é estabelecida pelo ID CRAS;

Para definir a quantidade aproximada de famílias em situação de vulnerabilidade podemos adotar diferentes abordagens ao usar o IPVS, IBGE, CadÚnico ou famílias já atendidas nos CRAS e CREAS (dados de atendimento do SUAS Jundiaí);

A localização dos CRAS deve ser o mais próximo possível das áreas de maior vulnerabilidade.

Neste relatório vamos então utilizar os diferentes dados disponíveis para Jundiaí (IPVS, CadÚnico, IBGE e dados de atendimento), bem como as reuniões com as equipes, coordenação de CRAS e diretoria, para elaboração do diagnóstico da situação atual em termos de demanda e oferta de serviços. Com base nisto podemos avaliar a redivisão de áreas de abrangência dos CRAS e a quantidade de equipamentos ofertados, bem como a localização destes e a adequação da equipe de atendimento. Tal diagnóstico é assunto do capítulo a seguir.

Parte 2 – Diagnóstico

2.1 – A quantidade de CRAS segundo diferentes fontes

Para analisarmos a divisão das áreas de abrangência entre os equipamentos, inicialmente precisamos mensurar o total de CRAS que são necessários para atendimento da demanda. Somente depois de identificarmos a quantidade de demanda, e portanto estabelecermos qual é o número mínimo de equipamentos necessários, é que podemos de fato pensar na divisão territorial entre eles. Como vimos acima (item 1.2), podemos trabalhar com diferentes fontes quando se trata de pensar a demanda de CRAS. Para ter um quadro comparativo mais abrangente, vamos utilizar as quatro fontes citadas (novamente conforme item 1.2), que são os dados do IBGE, dos atendimentos do SUAS Jundiaí, do IPVS e do CadÚnico. Descreveremos a seguir o resultado da mensuração realizada com cada uma destas quatro fontes, as quais vão nos indicar a quantidade de *famílias referenciadas*⁴, o que serve de base para o cálculo da quantidade de CRAS necessários.

2.1.1 - Dados do IBGE

No que se refere ao IBGE, para definição da quantidade de CRAS, segundo a meta 7 do pacto de aprimoramento do SUAS, sendo Jundiaí uma cidade de grande porte, ela deve “ampliar a cobertura da Proteção Social Básica” de modo que seja possível referenciar à “20% dos domicílios existentes no município” (BRASIL [Pacto de Aprimoramento do SUAS], 2013, n.p.) – e vale lembrar que “referenciar” não é necessariamente “atender”. Sabe-se que o Censo, base para calcular estes 20 por cento, está defasado em mais de 10 anos (a última contagem da população foi realizada em 2010). Portanto, para fins de estimar uma atualização desses dados, realizamos o seguinte procedimento: utilizamos a última projeção de crescimento populacional de Jundiaí (IBGE, 2021, n.p.) para o ano de 2021 e, com base nessa projeção, calculamos o aumento do número de

⁴ Para uma definição do que se entende por “família referenciada” ver acima o subitem “1.2 - Como identificar as famílias referenciadas”.

peças na cidade em porcentagem e replicamos este aumento percentual para o número de domicílios. Assim podemos ter uma ideia, ainda que aproximada, do que significa referenciar os tais 20% dos domicílios existentes na cidade em 2021. Temos então o seguinte resultado, expresso na tabela abaixo:

Tabela 1

Total de domicílios em Jundiaí e necessidade de CRAS 2010 x 2021

20% dos domicílios em 2010	23.649	*
20% dos domicílios em 2021 (estimativa)	27.279	**
Quantidade de CRAS para 2010	5	
Quantidade de CRAS para 2021	6	***

*Número de domicílios com base no IBGE 2010, apresentado pelo MDS na meta 7 do pacto de aprimoramento do SUAS

**Número estimado de domicílio em 2021 com base na projeção de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí (15,349%)

***A quantidade de CRAS é de 01 para até 5.000 famílias, conforme legislação acima citada

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: BRASIL [Pacto de aprimoramento do SUAS], (2013) e IBGE (2021).

Assim, com base no IBGE, considerando a projeção populacional de crescimento e a meta de cobertura equivalente a 20 por cento dos domicílios, a cidade deve ter pelo menos 6 CRAS para atender a demanda – e notamos que os dados estimados indicam já um número de domicílios muito próximo do limite para 6 CRAS, (esse limite é de 30 mil, e estaríamos, pela projeção, como 27.279 domicílios). Deve-se considerar ainda que, embora tenha sido aplicado o cálculo de crescimento populacional estimado, essa conta não considera o contexto pandemia, no qual há um empobrecimento da população, o que faz com que o número de pessoas demandante dos serviços do CRAS aumente (conforme veremos com os dados de atendimento do SUAS, no próximo sub-tópico)

Outra forma de olhar os dados IBGE é pelo critério de renda, pois como informado acima (no item 1.2), as orientações de CRAS preveem também o uso dessa variável com forma de identificar as famílias referenciadas (BRASIL [Orientações CRAS], 2009, p. 34). Separando então os micro dados do Censo por grupos de renda em cada uma das atuais áreas de abrangência de CRAS, temos o seguinte resultado:

Tabela 2

Domicílios com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo por áreas atuais de CRAS, comparação 2010 e estimativa 2021.

CRAS	Domicílios com renda per capita mensal de até 1/2 S.M. em 2010	Domicílios com renda per capita mensal de até 1/2 S.M. em 2021 (estimativa) *
Central	3.582	4.269
Novo Horizonte	2.528	2.953
Tamoio	2.125	2.489
Sao Camilo	1.904	2.225
Vista Alegre	1.341	1.577
Santa Gertrudes	1.175	1.378
Total Geral	12.655	14.891

*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiá em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010

Desse modo, também não há indicativo de ampliação do número de CRAS, pois temos um total de 14.891 domicílios dentro do critério de renda de até 1/2 salário mínimo em 2021 (ver tabela acima). Contudo, há que se considerar um problema nesta forma de mensuração, a saber, a diferença entre família e domicílio. Apesar da meta 7 falar em domicílio (unidade de medida utilizada pelo IBGE), as Orientações de CRAS, o PNAS e a NOB sempre falam de “famílias referenciadas”, e não de “domicílios”. Na verdade, dentro de um domicílio pode haver mais de uma família, o que é muito mais comum no caso das famílias de menor renda, que compõem parte essencial do público prioritário do SUAS. Além disso, nem todos os domicílios da cidade foram de fato entrevistados pelo IBGE, e para os que não foram eles são contabilizados como domicílios fechados (no momento da entrevista), e não há como verificar de fato quantas famílias haviam nestes domicílios que ficaram sem entrevista. Desse modo, há de se ter em conta que o número de domicílios acima indicado reflete apenas parte dos domicílios da cidade, e, além disso, que o total de famílias deve ser essencialmente maior que o número de domicílios.

2.1.2 - Dados de atendimento do SUAS Jundiaí

Em primeiro lugar, devemos lembrar que os dados de atendimento, embora nos ajudem a entender a demanda dos serviços, não são parte dos critérios acima indicados na legislação para determinar o número de famílias referenciadas (ver item 1.2). Contudo, diferente das pesquisas indicadas na legislação (como o Censo 2010), os dados de atendimento captam as mudanças decorrentes do contexto de pandemia, e por isso são de valor estratégico neste momento. E justamente considerando que 2020 e 2021 são anos de pandemia, optamos aqui por analisar os dados de atendimento do SUAS Jundiaí em série histórica, comparando o tempo de pandemia com os anos pré-pandêmicos de 2018 e 2019.

Assim, as informações nas tabelas apresentarão os anos de 2018, 2019 e 2020 completos, já para o ano de 2021 apresentaremos somente os dados do primeiro semestre (já que o ano ainda não havia terminado quando da produção deste relatório). Por outro lado, nos gráficos de atendimento o ano de 2021, em geral, não foi apresentado. Optamos pela omissão de 2021 nos gráficos pelo seguinte motivo: dada sua incompletude (só temos dados para o primeiro semestre), a informação visual poderia acarretar uma leitura enviesada que tenderia a julgar uma tendência de baixa de 2020 a 2021, quando na verdade o que se tem é um dado que está restrito à metade do ano de 2021 sendo comparado com o ano de 2020 inteiro.

Indo direto aos números, os dados falam por si só no que tange ao aumento dos atendimentos, conforme seguem:

Tabela 3

Atendimentos por CRAS e por períodos - Jundiaí (SP)

	2018	2019	2020	2021 (1º Semestre)
CE	7.127	11.835	14.356	5.775
NH	7.318	7.912	12.360	9.595
TA	7.462	10.622	10.489	7.915
SC	4.661	6.399	14.258	6.964
VA	5.658	7.319	11.688	6.542
SG	3.849	3.142	11.353	7.351
Total Geral	36.075	47.229	74.504	44.142

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: planilha de atendimento de CRAS (RMA)

Gráfico 1

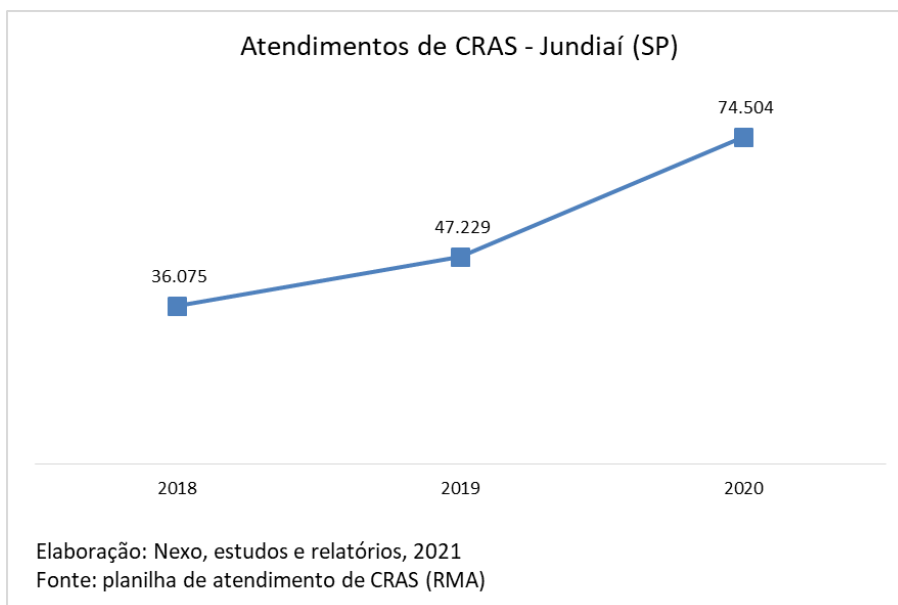
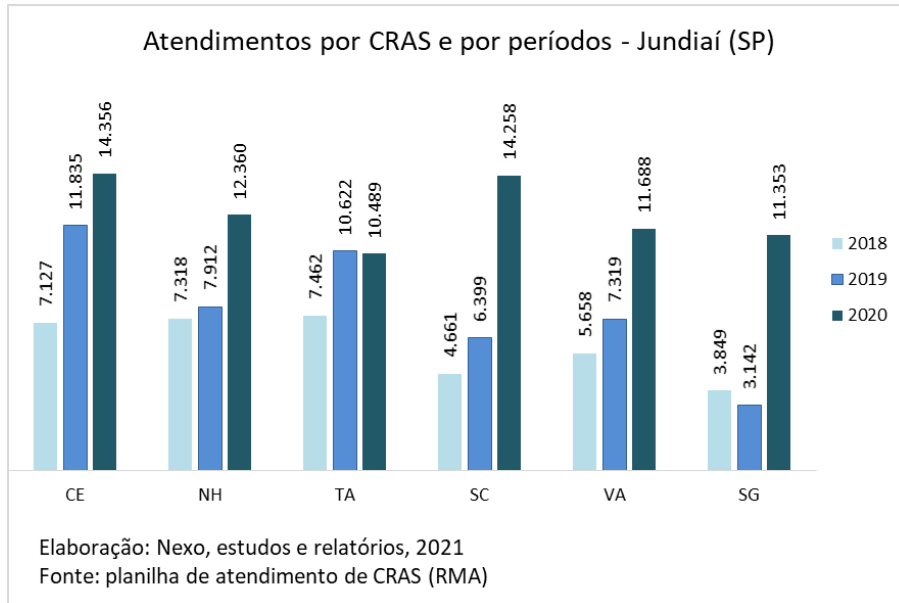


Gráfico 2



Olhando o gráfico 1, vemos que o aumento do número de atendimentos é exorbitante (57,75% de 2019 para 2020). E se os dados do primeiro semestre de 2021 (cf. tabela 3) se repetirem para o segundo semestre, teremos mais 80 mil atendimentos neste ano (o que significará aumento de 86,93% comparando 2019 com 2021). Já analisando os dados por CRAS (gráfico 2 e tabela 3), nota-se que em todos eles houve grande aumento do número de atendimentos no período de pandemia, exceto no CRAS Tamoio – onde surpreendentemente se nota uma pequena redução de 2019 para 2020. Importa verificar também, conforme indica o gráfico a seguir, que os atendimentos técnicos cresceram muito mais que os de recepção na transição para a pandemia, embora tenha ocorrido o aumento dessas duas modalidades de atendimento, conforme segue:

Tabela 4

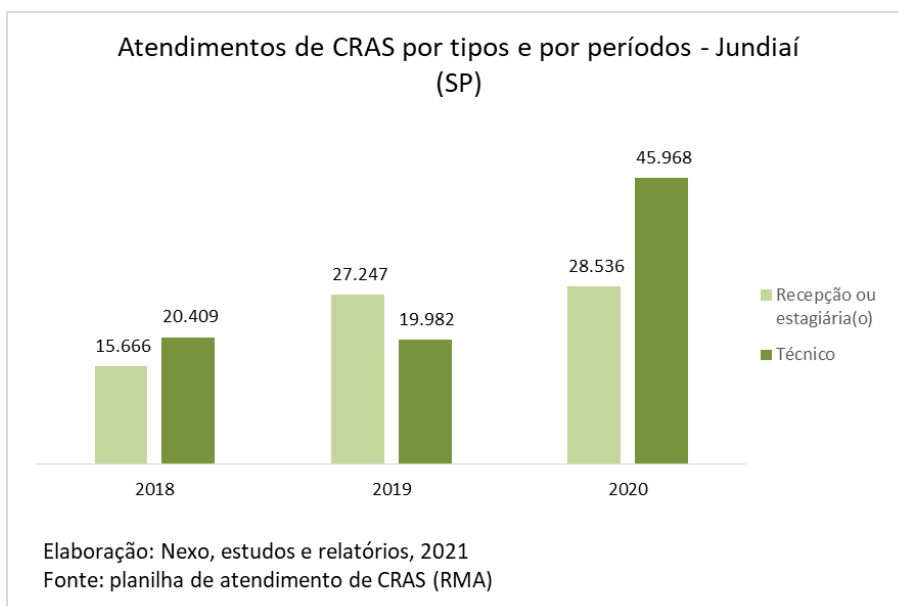
Atendimentos de CRAS por tipos e por períodos - Jundiaí (SP)

	2018	2019	2020	2021 (1º Semestre)
Recepção ou estagiária(o)	15.666	27.247	28.536	13.974
Técnico	20.409	19.982	45.968	30.168
Total Geral	36.075	47.229	74.504	44.142

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: planilha de atendimento de CRAS (RMA)

Gráfico 3



E quanto à equipe envolvida nos atendimentos, considerando somente os atendimentos de nível técnico, temos as seguintes informações:

Tabela 5

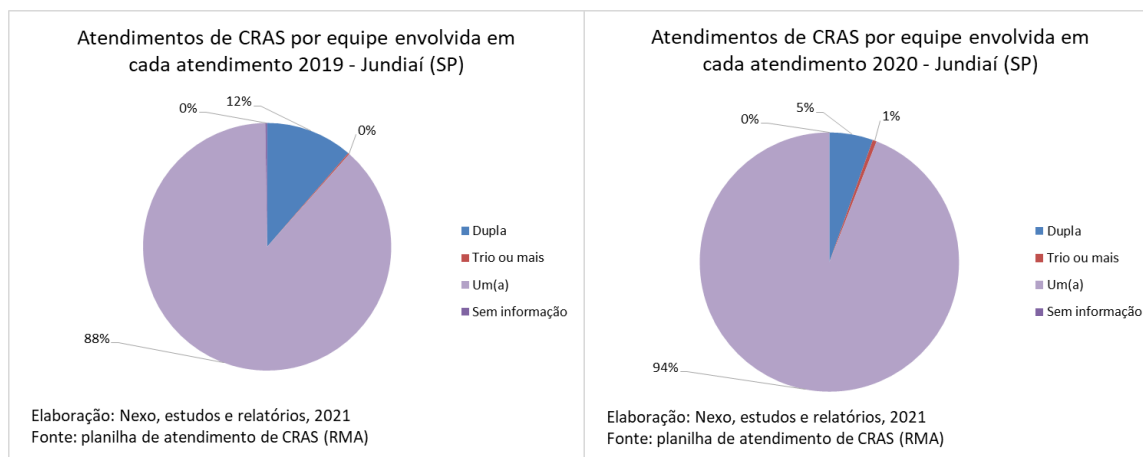
Atendimentos técnicos de CRAS por equipe envolvida em cada atendimento e por períodos - Jundiaí (SP)

	2018	2019	2020	2021 (1º Semestre)
Um(a)	17.937	17.632	43.238	28.390
Dupla	2.433	2.269	2.499	1.509
Trio ou mais	39	34	229	268
Sem informação		47	2	1
Total Geral	20.409	19.982	45.968	30.168

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: planilha de atendimento de CRAS (RMA)

Gráfico 4



Comparando os dados apresentados, vemos que as equipes estão trabalhando muito mais, e a porcentagem de atendimentos feitos por um só profissional também cresceu (cf. gráfico 4), indicando maior carga de trabalho por funcionário. Em resumo, trabalha-se mais e mais sozinho durante a pandemia.

Em relação ao local dos atendimentos, apesar da pandemia, o CRAS ainda é o local de maior demanda, embora os atendimentos técnicos por telefone tenham passado de cerca de 4 mil em 2019, para mais de 22 mil em 2020 (aumento de nada menos que 456%), conforme os dados a seguir:

Tabela 6

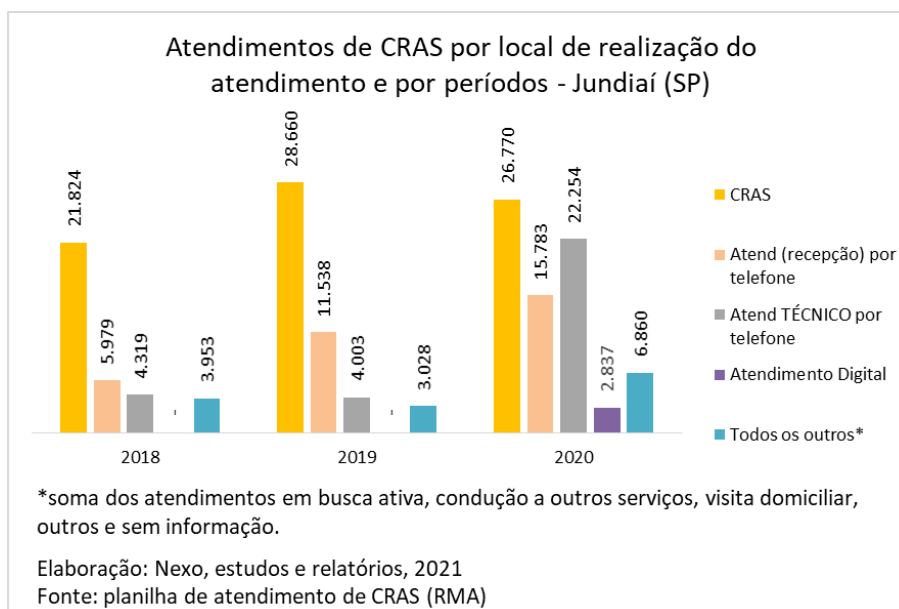
Atendimentos de CRAS por local de realização do atendimento e por períodos - Jundiaí (SP)

	2018	2019	2020 (1º Semestre)	2021
Atend (recepção) por telefone	5.979	11.538	15.783	5.199
Atend TÉCNICO por telefone	4.319	4.003	22.254	13.895
Atendimento Digital			2.837	6.649
Busca ativa - OK	618	287	1.069	113
Busca ativa - Sem atend	351	249	944	1.707
Conduzir a outros serviços	123	139	145	69
CRAS	21.824	28.660	26.770	13.112
Outros	432	261	1.243	2.677
Visita Dom. - OK	1.911	1.700	3.093	661
Visita Dom. - Sem atend	517	391	358	55
Sem informação	1	1	8	5
Total Geral	36.075	47.229	74.504	44.142

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: planilha de atendimento de CRAS (RMA)

Gráfico 5



Pelo gráfico 5 (acima), verifica-se que houve aumento expressivo em praticamente todos os tipos de atendimentos, e pela tabela 6 (acima) vemos que houve também diversificação dos locais de atendimento – há muito mais atendimentos em busca ativa e visitas domiciliares durante a pandemia⁵.

Quanto aos benefícios concedidos, seguem abaixo a tabela indicativa dos mesmos e o gráfico específico com relação ao benefício que teve maior crescimento no período, que são as cestas básicas (crescimento de 980% de 2019 para 2020). E há de se levar em conta que os dados aqui apresentados se referem somente às cestas básicas entregues pelos CRAS, mas esse número seria muito maior se fossem aqui contabilizadas as cestas entregues por entidades parceiras do SUAS. Ainda quanto às cestas, esse é o único gráfico que apresenta o ano de 2021 em comparação

⁵ Quanto aos dados de atendimento digital, estes iniciaram-se em 2020 no contexto de pandemia. Tratam-se de dados coletados por um formulário de requisição de atendimento, que pode ser preenchido pela recepção dos CRAS ou pelo próprio cidadão, diretamente de um celular, computador ou tablet com acesso à internet. Assim, não se trata necessariamente de um atendimento de fato, mas sim da requisição de atendimento, embora os CRAS tenham realizado atendimentos por meio digital durante a pandemia.

com os demais, pois apesar de termos dados somente sobre o primeiro semestre deste ano, mesmo assim já se nota aumento em relação a todos os períodos anteriores:

Tabela 7

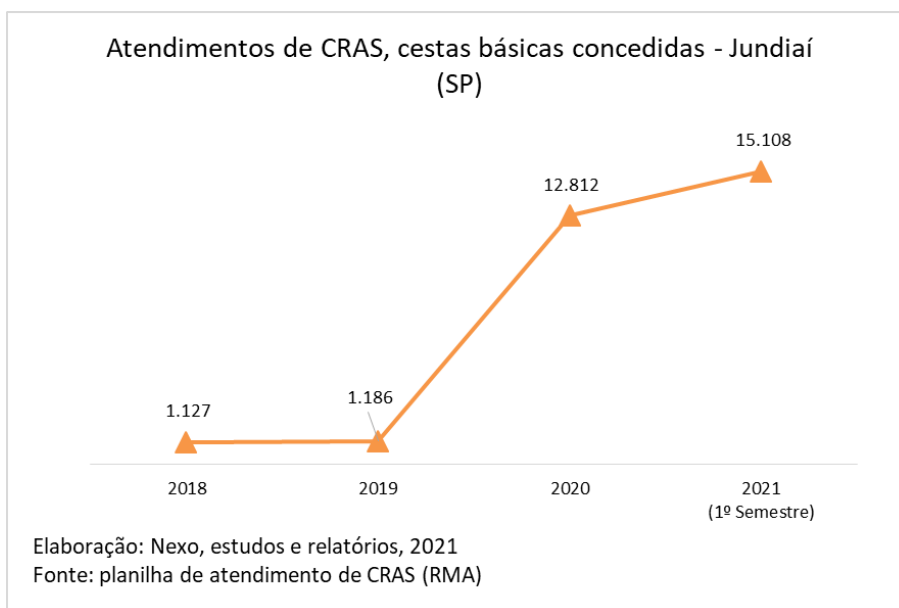
Atendimentos de CRAS benefícios solicitados e/ou entregues - Jundiaí (SP)

	2018	2019	2020	2021 (1º Semestre)
Natalidade (ENXOVAL)	8	6	9	8
Natalidade (DINHEIRO)	183	199	197	79
Funeral	1	-	-	4
Vulnerabilidade	27	27	31	8
Quant. vale foto	236	174	53	16
Quant. de Passe Social	8.904	3.459	1.027	349
Cestas Básicas concedidas	1.127	1.186	12.812	15.108
Total geral	10.486	5.051	14.129	15.572

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

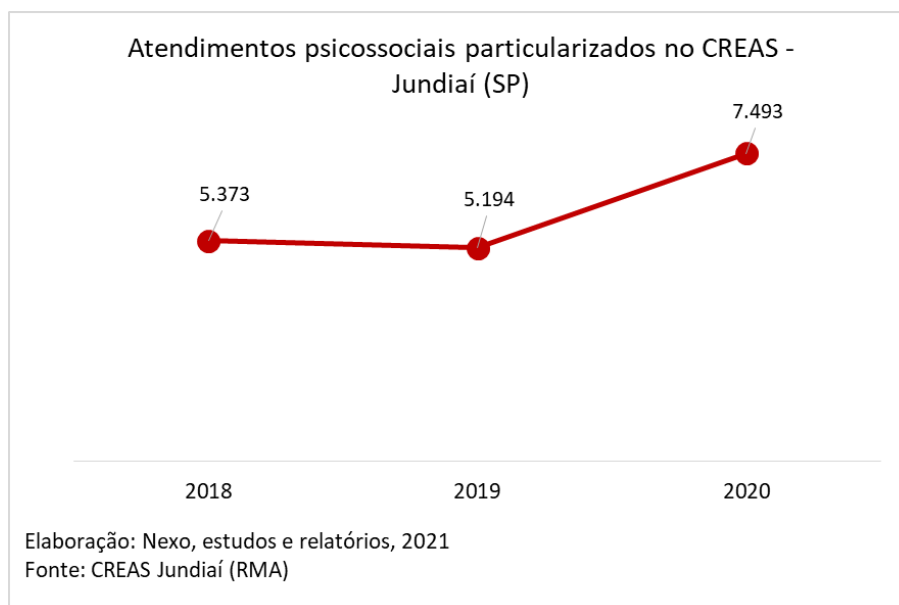
Fonte: planilha de atendimento de CRAS (RMA)

Gráfico 6



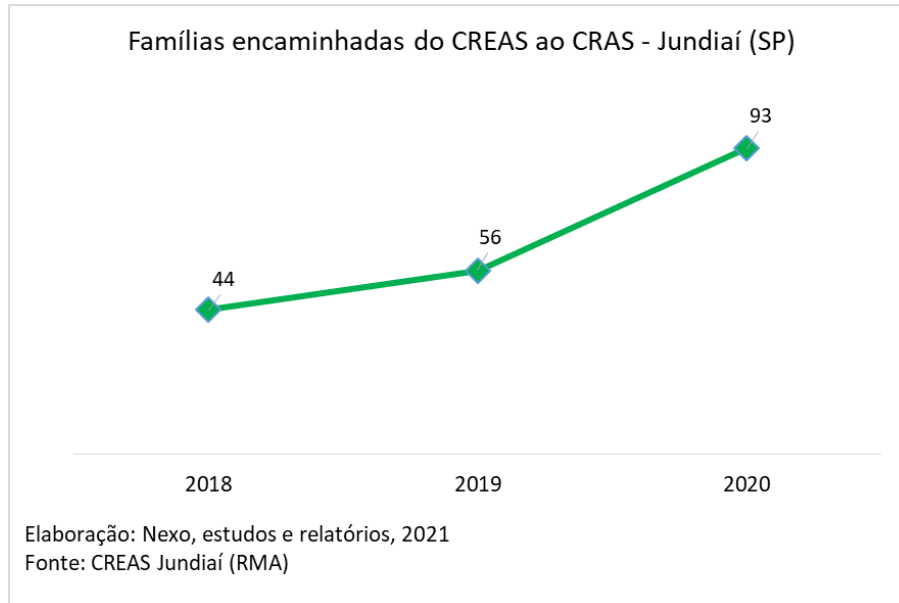
Por fim, ainda que o foco deste relatório seja o CRAS, há de se ter em conta que CRAS e CREAS são equipamentos complementares de uma mesma rede de serviços, e que o agravo nas situações de vulnerabilidade deve refletir uma maior demanda no CREAS também. A análise dos dados do CREAS em detalhe merece espaço em um relatório específico, e diferentemente dos CRAS, não há planilha de estatística organizada em formato que se possa visualizar a série histórica de cada atendimento no CREAS. Ainda assim, podemos trazer algumas informações passíveis de análise histórica (disponíveis no RMA). Primeiro, quanto ao número geral de atendimentos particularizados, vemos, tal como no CRAS, esse número aumentar de modo significativo (44,26% de 2019 para 2020), conforme segue:

Gráfico 7



E também o número de famílias encaminhadas do CREAS para o CRAS cresceu nesse período (crescimento de 66% de 2019 para 2020), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 8



Desse modo, vê-se que os dados atuais, dos atendimentos realizados nos CRAS e no CREAS, indicam uma demanda em crescimento vertiginoso e que precisa de atenção do poder público, tendo em vista a sobrecarga de trabalho que atinge a todas as trabalhadoras e trabalhadores do SUAS. O contexto de pandemia muitas vezes representa afastamento de trabalhadoras(es) adoecidas(os) e/ou restrições ao trabalho em diversos sentidos, somado ao crescimento da demanda da população. E embora estes dados de atendimento não sejam os indicados na definição legal para determinação da quantidade de CRAS, há de se considerar que são muito relevantes para avaliar o comportamento da demanda por serviços no SUAS e são também os únicos que captam as mudanças decorrentes da pandemia.

2.1.3 - Dados do IPVS

Uma forma alternativa de mensurar a demanda e, portanto, a quantidade de CRAS é o IPVS. Ele classifica cada setor censitário da cidade em um grupos de vulnerabilidade, que são os seguintes:

Grupo 1 = baixíssima vulnerabilidade;

Grupo 2 = vulnerabilidade muito baixa;

Grupo 3 = vulnerabilidade baixa;

Grupo 4 = vulnerabilidade média;

Grupo 5 = vulnerabilidade alta;

Grupo 6 = vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais⁶);

Os setores de baixíssima vulnerabilidade são as áreas mais ricas e menos vulneráveis da cidade, e os de vulnerabilidade alta são as áreas mais pobres – apesar do critério para classificação não ser somente a renda. Contudo, mesmo em um setor censitário de baixíssima vulnerabilidade, pode haver algumas famílias em situação de pobreza; e em setores de alta vulnerabilidade, nem todas as famílias estão de fato vivendo em condições vulneráveis. Isso porque *a classificação é para o território*, e não para a família em si – é uma classificação do setor censitário em questão.⁷ Logo, nem todas as famílias habitantes de um território classificado como pertencente ao grupo de vulnerabilidade x ou y, estão de fato na condição x ou y. Ainda assim, o IPVS elenca muitas variáveis sobre as condições gerais das famílias do setor censitário analisado, e sabendo que os setores são definidos por agrupamentos de áreas mais ou menos homogêneas, é claro que a maior parte das famílias em um setor censitário classificado pelo IPVS como pertencente ao grupo x deve de fato estar na condição de vulnerabilidade x.

Para definir então o número de famílias referenciadas para os CRAS, utilizando os dados do IPVS, primeiro precisamos escolher quais dos grupos de vulnerabilidade acima serão incluídos nesta conta. Como dito, o IPVS classifica a cidade como um todo, de modo que incluir todos os grupos equivaleria a incluir todos os domicílios da cidade, o que de fato não faz sentido algum, já que incluiríamos domicílios de altíssima renda e ótima condição social entre os referenciados aos CRAS. Assim, para termos mais informações sobre os grupos e procedermos a seleção dos mesmos, a tabela a seguir apresenta um quadro descritivo geral de cada um deles:

⁶ Aglomeração subnormal é o nome dado pelo IBGE às áreas de favelas, onde há habitação desordenada, precária e em geral irregular em termos legais.

⁷ Para uma definição de setor censitário, ver nota de rodapé número 3 deste relatório (na página 13).

Tabela 8

Grupos do IPVS 2010 – setores censitários com mais de 50 domicílios

Grupos	Dimensões		IPVS2010	Situação e tipo de setores por grupo
	Socioeconômica	Ciclo de vida familiar		
1	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Baixíssima vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Famílias jovens	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade média	Urbanos não especiais e subnormais
5	Baixa	Famílias jovens em setores urbanos	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Famílias jovens residentes em aglomerados subnormais	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais	Vulnerabilidade alta	Rurais

Fonte: Fundação SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS.

Nota: os setores censitários rurais do município de São Paulo foram considerados como urbanos para classificação nos grupos do IPVS 2010

Elaboração: Fundação SEADE

Vemos que os 3 primeiros grupos do IPVS são constituídos de setores censitários onde em geral a renda é de média a muito alta, as famílias residem em áreas urbanas ou rurais (não classificadas como subnormais⁸) e o índice de vulnerabilidade vai de baixíssima a baixa. Já para os grupos de 4 a 7, a renda é baixa e a vulnerabilidade é classificada como média, alta ou muito alta. E para termos uma visão mais clara sobre os grupos em Jundiaí, selecionamos a seguir algumas das variáveis que compõem o IPVS e seus resultados para a cidade como um todo:

⁸ Para uma explicação do termo “subnormal”, ver nota de rodapé 6, na página anterior.

Tabela 9

Indicadores selecionados dos que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS Município de Jundiaí – 2010

Indicador	Valores para cidade toda	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (aglomerados subnormais)	7 - Alta (rurais)*
Renda domiciliar per capita (em reais de agosto de 2010)	1.120	2.331	1.115	751	507	460	356	-
Domicílios com renda per capita de até um quarto do salário mínimo (%)	1,4	0,4	0,8	1,8	4,1	6,2	8,0	-
Domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo (%)	7,7	2,3	5,5	10,5	19,7	22,1	30,7	-
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	12,9	16,4	8,0	22,1	10,8	19,9	25,0	-
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	96,7	98,9	97,6	96,4	89,1	89,5	85,5	-
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos)	48	45	51	42	46	44	40	-
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes (%)	7,2	7,5	6,0	9,2	9,1	9,0	11,5	-

*Não há setores censitários em Jundiaí que classificados no grupo 7 do IPVS

Nota: Foram excluídos os setores censitários com menos de 50 domicílios particulares permanentes.

Fonte: IPVS 2010

Elaboração: Nexo 2021, com base em dados selecionados da fonte.

Voltando nosso olhar para os números de Jundiaí, disponíveis na tabela 9, vemos que a renda *per capita* do grupo 4 é quase 5 vezes menor que a renda do grupo 1, a porcentagem de domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo aumenta significativamente a partir do grupo 4, e o mesmo acontece com a proporção de responsáveis familiares não-alfabetizados. Por fim, pensando nos grupos de vulnerabilidade a serem contabilizados como possível número de famílias referenciadas por CRAS, faz sentido, pelos dados apresentados acima, incluir os grupos 4, 5 e 6 (o grupo 7 não existe em Jundiaí) do IPVS, e deixar de fora os setores dos grupos 1, 2, 3, que constituem territórios mais abastados e com vulnerabilidade baixa, muito baixa e baixíssima.

Definidos os grupos, cumpre ainda aplicar aqui a projeção de crescimento populacional do IBGE (2021), com a finalidade de atualizar, ainda que aproximadamente, os dados do IPVS (2010). Temos então o seguinte resultado para o IPVS de Jundiaí:

Tabela 10

Domicílios por grupos de vulnerabilidade selecionados do IPVS 2010 e estimativa para 2021

Grupos de vulnerabilidade	Total de domicílios 2010	Total de domicílios 2021 (estimativa)*
4	4.260	4.922
5	1.708	1.976
6	4.618	5.338
Total Geral	10.586	12.236

*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010

E distribuindo os grupos estimados para 2021 aos respectivos CRAS de abrangência, conforme divisão de áreas de CRAS atual, temos os números a seguir:

Tabela 11

Domicílios dos grupos 4, 5 e 6 do IPVS em Jundiaí, por áreas de CRAS, conforme estimativa de crescimento para 2021*

CRAS	Grupos de vulnerabilidade			Total Geral
	média	alta	muito alta	
Tamoio	1.459	802	864	3.125
Sao Camilo	599	724	1.585	2.908
Novo Horizonte	195		2.330	2.525
Central	1.377	249	478	2.104
Vista Alegre	917			917
Santa Gertrudes	375	201	81	657
Total Geral	4.922	1.976	5.338	12.236

*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010

Portanto, com vista nestes dados também não há indicativo de expansão do número de CRAS (já que os 3 grupos selecionados contabilizam 12.236 domicílios no total, conforme tabela 10 e 11). Contudo, vale ressaltar que tais dados têm a desvantagem de: 1) não serem relativos à

classificação das famílias em si, e sim do território (o qual obviamente engloba muitas famílias na condição de vulnerabilidade descrita, mas nem todas, conforme já mencionado); 2) os dados tratam de domicílios e não de famílias e como pode haver mais de uma família por domicílio, esses dados tendem à subnotificação, conforme já discutido também; e 3) os setores censitários com menos de 50 domicílios não foram contabilizados no IPVS, como forma de garantir o anonimato, o que representou a exclusão de 1.395 domicílios do estudos.

2.1.4 - Dados do CadÚnico

O CadÚnico é uma das possíveis fontes de mensuração do número de famílias referenciadas por CRAS, que são as famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no cadastro - como prevê a meta 07 do Pacto de Aprimoramento do SUAS, os CRAS deveriam referenciar 100% desse público (BRASIL, 2013, n.p.). Portanto, podemos analisar o total de famílias no CadÚnico de Jundiaí com um corte de renda e na sequência o mesmo dado dividido por áreas atuais de CRAS, conforme segue:

Tabela 12

Famílias por faixas de rendimento no CadÚnico 2021

Até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Total Geral
9.296	3.945	13.241

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: CadÚnico, Banco de Dados do CECAD extraído em 14/07/2021

Tabela 13

Comparação da quantidade de famílias por faixas de rendimento em cada área atual de CRAS no CadÚnico 2021

CRAS	Faixas de rendimento		
	Até 1/2 S.M.	Acima de 1/2 S.M.	Total Geral
Central	2.185	1.244	3.429
Novo Horizonte	2.000	733	2.733
Sao Camilo	1.505	581	2.086
Tamoio	1.507	547	2.054
Vista Alegre	1.113	382	1.495
Santa Gertrudes	986	458	1.444
Total Geral	9.296	3.945	13.241

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: CadÚnico, Banco de Dados do CECAD extraído em 14/07/2021

Com base nas tabelas 12 e 13 temos que, pela quantidade de famílias no CadÚnico com rendimento menor ou igual à 1/2 salário mínimo (9.296 famílias), Jundiaí em tese já disporia de um total de CRAS suficiente para a demanda apresentada. Há de se considerar que o CadÚnico é de cadastramento voluntário, e as famílias que não têm informação sobre o mesmo podem sim estar em situação compatível com o cadastramento, mas não estarem de fato cadastradas, ou seja, aqui também é de se considerar algum nível de subnotificação dos dados.

Por fim, vale comparar esse número de famílias em 2021 com os dados pré pandemia. Para isso utilizamos abaixo uma tabela extraída do relatório do CadÚnico relativa ao ano de 2018:

Tabela 14

Famílias, no CADÚnico, por faixas de renda familiar per capita - Jundiá (SP), Outubro de 2018*

CRAS de abrangência	Faixas de renda				Total Geral
	Até R\$ 89,00	De R\$ 89,01 até R\$ 178,00	De R\$ 178,01 a R\$ 477	Maior ou igual a R\$ 477,01	
Central	859	630	653	1.058	3.200
Novo Horizonte	687	730	659	740	2.816
Sao Camilo	671	462	427	642	2.202
Tamoio	564	557	421	521	2.063
Vista Alegre	473	371	330	417	1.591
Santa Gertrudes	373	297	245	351	1.266
Total Geral	3.627	3.047	2.735	3.729	13.138

Elaboração: Nexo Estudos e Relatórios, 07/2019

Fonte: Banco de dados do Cadastro Único, Jundiá SP - Outubro de 2018.

*Faixas de renda determinadas pelo MDS, sendo até R\$ 89 per capita o limite do grupo considerado em extrema pobreza (o salário mínimo de 2018 era R\$ 945)

A tabela 14 considera famílias com renda de até R\$ 477 nos três primeiros grupos de renda, o que na verdade é um valor ligeiramente maior do que 1/2 salário mínimo, que na época correspondia a R\$ 472,50. Ainda assim, temos em 2018 o número total aproximado de 9.409 famílias com rendimento de até 1/2 salário mínimo (somando as 3 primeiras faixas de rendimento da tabela 14). Esse número é maior que o atual (9.296 é total de famílias na CadÚnico em 2021 com renda de até 1/2 salário mínimo per capita, conforme tabela 13). Isso nos coloca diante da contradição entre o CadÚnico que mostra ligeira redução no total de famílias de baixa renda de 2018 a 2021, e o aumento exponencial da demanda registrado nos dados de atendimento do SUAS Jundiá no mesmo período (cf. item 2.1.2). Tendo em vista que o contexto de pandemia sugere de fato aumento da demanda, uma hipótese explicativa seria a de que o CadÚnico não tem dado conta de efetivar o cadastramento das famílias empobrecidas.

Em reunião com a coordenação dos CRAS, equipes técnicas e diretoria, algumas explicações foram elencadas para tal disparidade entre os dados do CadÚnico e os dados de atendimento, são elas: durante a pandemia, por algum tempo, não houve cadastramento; surgiram benefícios que não requisitavam CadÚnico e as famílias já cadastradas passaram a demandar mais dos serviços

dos CRAS, aumentando assim o atendimento, sem necessariamente aumentar o número de famílias cadastradas; além disso, há no CadÚnico famílias itinerantes, que moram parte do tempo em Jundiaí e parte em outras cidades, ou que simplesmente preferem manter o CadÚnico vinculado à outra cidade, mesmo sabendo da orientação de que devem migrar o CadÚnico para a cidade atual. Por fim, muitas famílias em condições de pobreza podem não saber da existência do CadÚnico. Nesse sentido, lembrou-se ainda que Jundiaí tem uma cobertura de CadÚnico de 69 por cento (MDS, consulta em 06/10/2021), ou seja, há de se ter em conta que muitas famílias em situação de pobreza não estão no cadastro⁹.

Em resumo, no que refere ao total de famílias referenciadas, ainda que haja defasagem no cadastramento, independentemente dos motivos, os dados do CadÚnico não indicam mudança no número de CRAS na cidade, pois totalizam, em 2021, 9.296 famílias com renda de 1/2 salário mínimo mensal per capita.

2.2 – A localização dos CRAS e suas áreas atuais

2.2.1 - Localização atual dos CRAS

Com a indicação da quantidade de CRAS discutida no item anterior (2.1), mantida então nos 6 CRAS atuais, podemos pensar na localização dos mesmos, visando compreender em que medida essa localização se aproxima ou se distancia do esperado, nos termos da legislação vigente. Conforme indicado acima (ver item 1.1) a localização dos CRAS deve ser o mais próximo possível dos territórios em maior vulnerabilidade. Para avaliar os CRAS atuais, construímos os mapas a

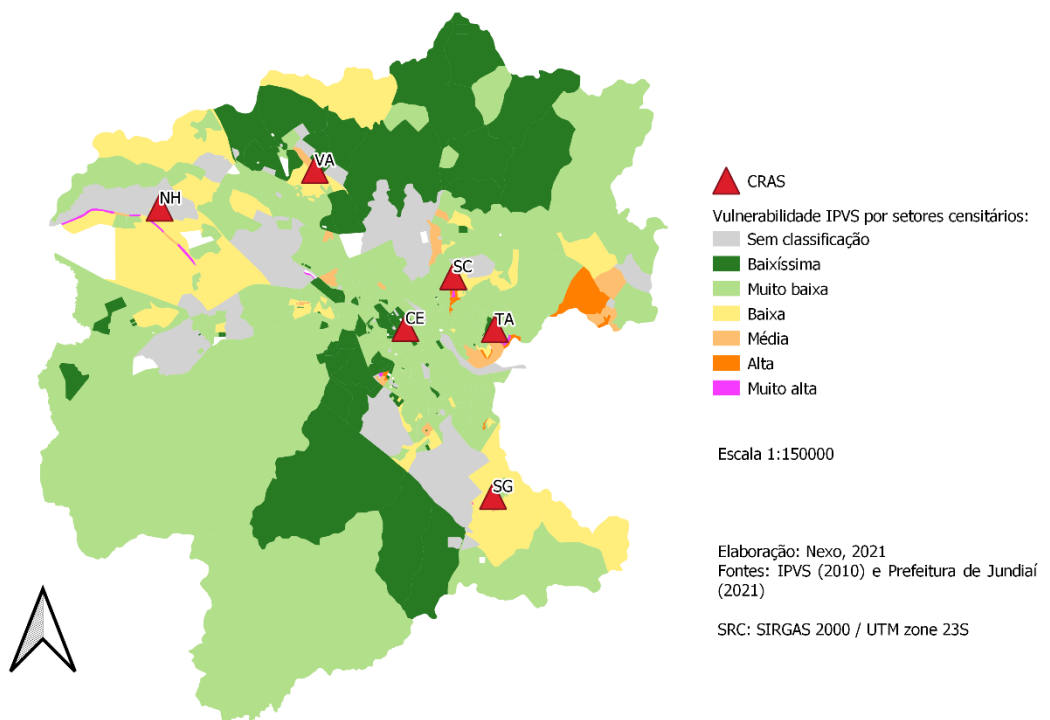
⁹ A cobertura de CadÚnico é a porcentagem de famílias cadastradas em relação ao total de famílias com perfil CadÚnico, conforme o Censo. As famílias com perfil CadÚnico são aquelas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo. Vale notar que a comparação é entre o dado do Censo de 2010 e o CadÚnico de 2021, ou seja, o MDS, ao realizar essa estatística, não considera aumento no número de famílias com perfil CadÚnico ao longo destes 11 anos. Por isso e devido ao contexto de pandemia, é de se esperar que o *déficit* de cobertura do cadastro esteja ainda muito maior, com o aumento da população em condição de pobreza. Os dados do perfil de Jundiaí, que incluem as informações do CadÚnico e outras, podem ser acessados no link a seguir:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=352590&aM=0#sociodemografico>

seguir, cruzando as informações de localização dos equipamentos e dados do IPVS (para os quais já foi aplicada a estimativa de crescimento populacional para 2021). O mapa 1 traz uma visão geral dos CRAS e dos grupos do IPVS na cidade, e o mapa 2 acrescenta a divisão por bairro oficiais.

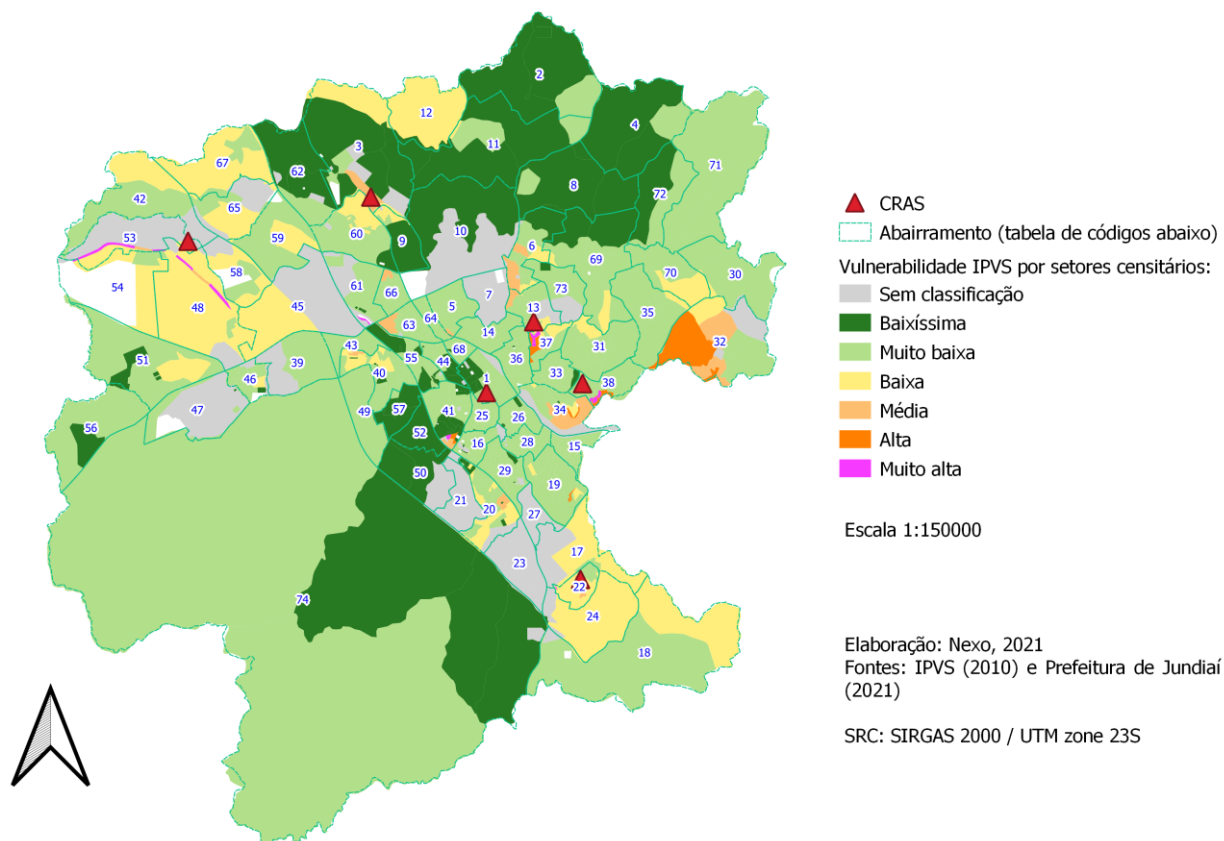
Mapa 1

IPVS e localização dos CRAS em Jundiaí (SP)



Mapa 2

IPVS e localização dos CRAS por bairros de Jundiá (SP)



1 Centro	12 São Jose da Pedra Santa	23 Terra Nova	34 Nambi	45 Distrito Industrial	56 Rio das Pedras	67 Traviú
2 Champirra	13 Tarumã	24 Tijuco Preto	35 Ponte Alta	46 Eloy Chaves	57 Samambaia	68 Vila Municipal
3 Currupira	14 Vila Rio Branco	25 Vianelo	36 Ponte São João	47 Ermida	58 Tulipas	69 Caxambu
4 Fazenda Conceição	15 Agapeama	26 Vila Arens	37 São Camilo	48 Fazenda Grande	59 Água Doce	70 Nova Odessa
5 Horto Florestal	16 Bonfiglioli	27 Vila Militar	38 Tamoio	49 Gramadao	60 CECAP	71 Roseira
6 Jundiá Mirim	17 Castanho	28 Vila Progresso	39 Aeroporto	50 Malota	61 Engordadouro	72 Toca
7 Marco Leite	18 Cristais	29 Vila Rami	40 Alvorada	51 Medeiros	62 Fernandes	73 Vale Azul
8 Mato Dentro	19 Jardim do Lago	30 Campo Verde	41 Anhangabaú	52 Moises	63 Hortolândia	74 Serra do Japi
9 Parque Centenário	20 Maringá	31 Colônia	42 Bom Jardim	53 Novo Horizonte	64 Jardim Botânico	
10 Pinheirinho	21 Pracatu	32 Ivoituruaia	43 Casa Branca	54 Parque Industrial	65 Poste	
11 Rio Acima	22 Santa Gertrudes	33 Jardim Pacaembu	44 Chácara Urbana	55 Retiro	66 Torres de São José	

Vemos nos mapas acima que as zonas de maior vulnerabilidade nos bairros do Novo Horizonte (bairro de código 53 do mapa 2), do Currupira¹⁰ (código 3), do São Camilo (código 37), do Tamoio (código 38) e do Santa Gertrudes (código 22) estão todas relativamente próximas dos seus respectivos CRAS. Excetuando-se o CRAS Central, os demais estão instalados em bairros que contém setores censitários de vulnerabilidade social média, alta e/ou muito alta. Além disso,

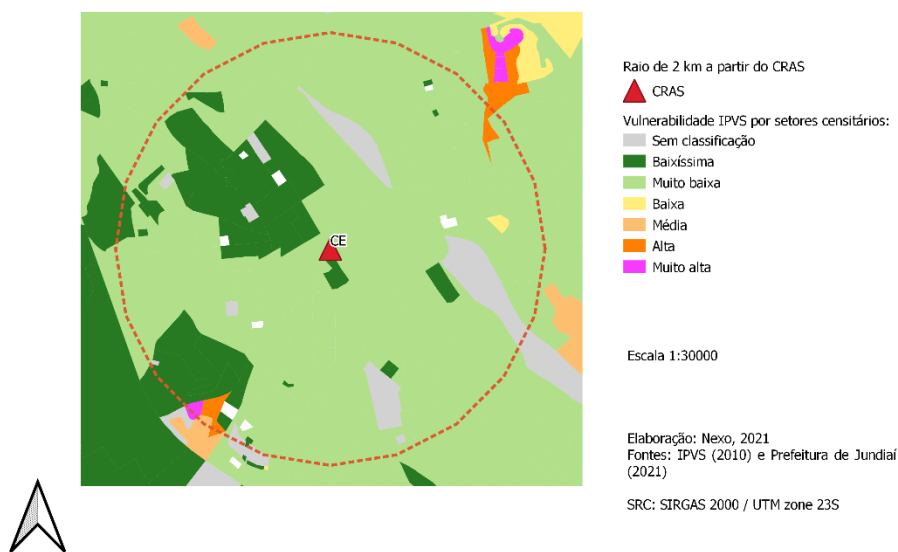
¹⁰ Currupira é o bairro oficial do CRAS Vista Alegre.

cumpra notar que os bairros do Igoturucaia (código 32), Anhangabaú/Vila Ana (código 41), Engordadouro/Sorocabana (código 61), e Jardim do Lago (código 19), contêm setores de vulnerabilidade alta ou muito alta que não têm proximidade física com nenhum dos CRAS¹¹. Ademais os bairros Jundiaí Mirim (código 6), Maringá (código 20), Horto Florestal/Fepasa (código 5), Hortolândia (código 63), Casa Branca (código 43) e Torres de São José (código 66), apresentavam, pelo IPVS, um ou mais setores censitários classificados como de vulnerabilidade média que também se encontram fisicamente distantes dos CRAS.

E para uma análise detalhada das regiões imediatamente contíguas aos CRAS, apresentamos a seguir os mapas com foco em cada CRAS e na sequência a tabela de informações referente aos dados dos setores censitários que estão contidos em um raio de até 2km de cada equipamento¹²:

Mapa 3

IPVS e localização do CRAS Central - Jundiaí (SP)

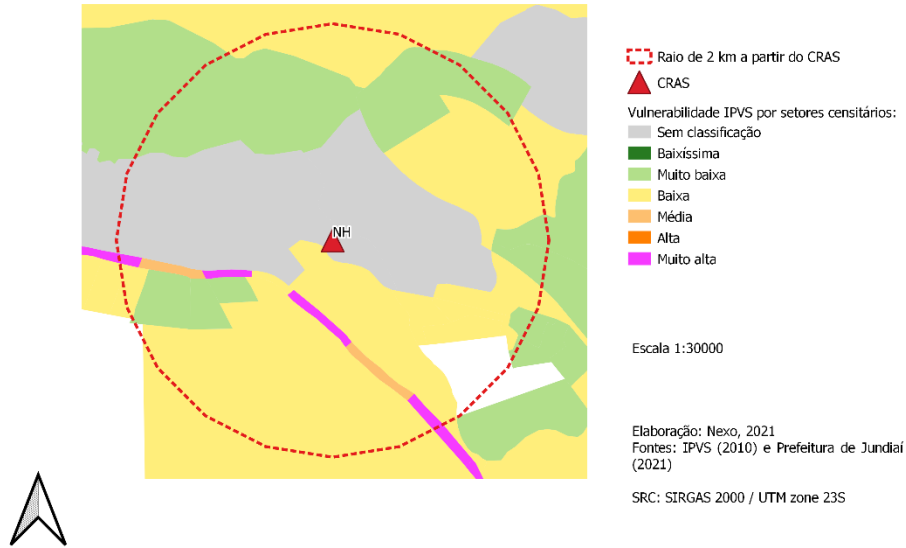


¹¹ A Vila Ana é, dentre essas áreas, a que está mais próxima de um CRAS. Ela está localizada à 2km do CRAS Central, conforme mapa 3.

¹² Na falta de um critério específico da assistência social para definição da distância entre o CRAS e a residência dos grupos prioritários para atendimento, utilizamos a distância de 2km, por ser ela a estabelecida na legislação educacional, em diversos municípios, sendo também critério do governo estadual de SP para a concessão ou não de transporte público escolar. Assim, o entendimento legal é de que um equipamento público que fica até 2km de distância pode ser acessado à pé, sendo as distâncias maiores consideradas afastadas.

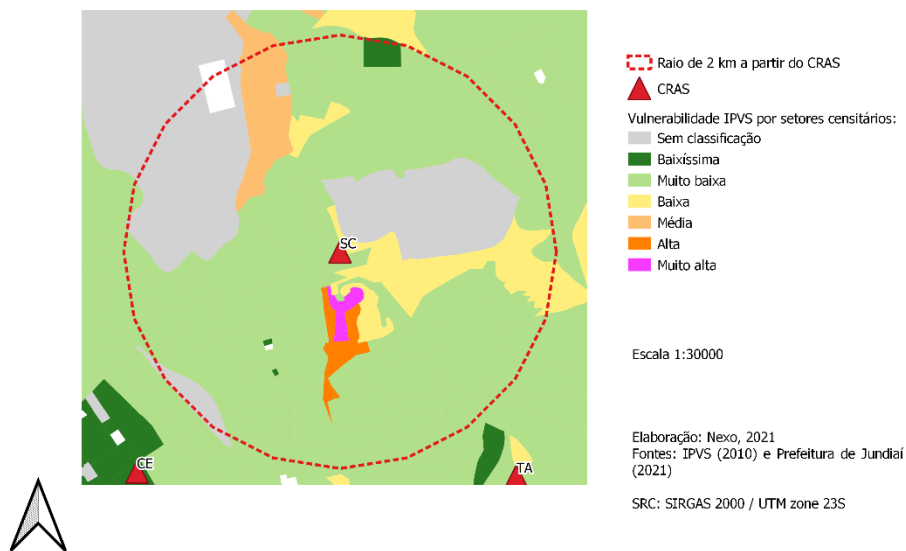
Mapa 4

IPVS e localização do CRAS Novo Horizonte - Jundiaí (SP)



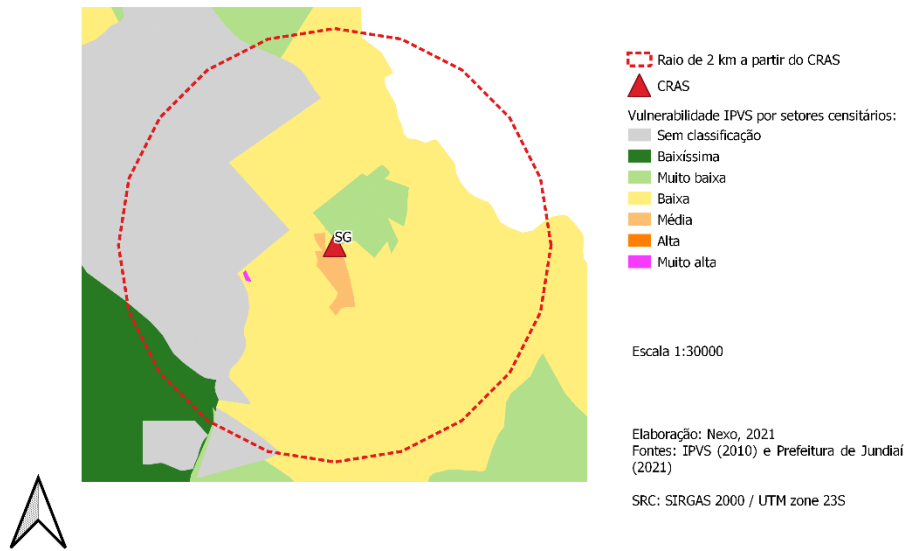
Mapa 5

IPVS e localização do CRAS São Camilo - Jundiaí (SP)



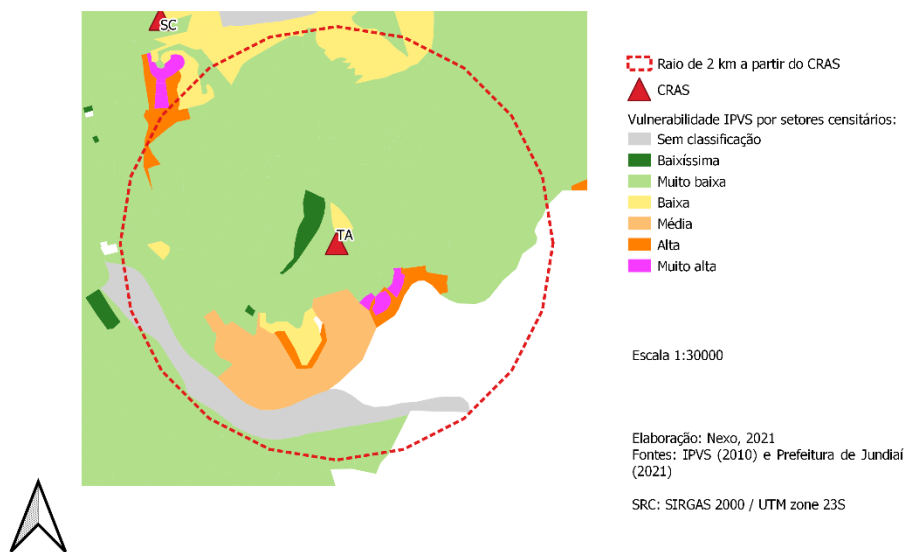
Mapa 6

IPVS e localização do CRAS Santa Gertrudes - Jundiá (SP)



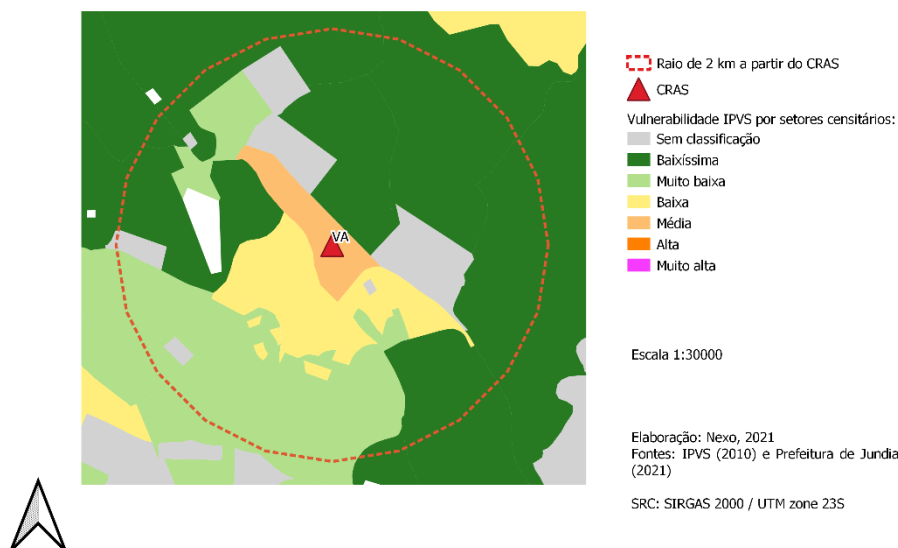
Mapa 7

IPVS e localização do CRAS Tamoio - Jundiá (SP)



Mapa 8

IPVS e localização do CRAS Vista Alegre - Jundiá (SP)



Acima temos a informação visual quanto à classificação IPVS dos setores censitários próximos à localização dos CRAS. Voltando nosso olhar para cada um destes mapas, vemos que no caso do CRAS Central (mapa 3), os domicílios em maior situação de vulnerabilidade estão fora ou no limite da zona de 2km deste CRAS (a nordeste há a área de vulnerabilidade do São Camilo e há sudoeste a da Vila Ana); e que os setores que predominam nas proximidades deste CRAS são os de vulnerabilidade baixíssima e muito baixa. O Novo Horizonte (mapa 4) está instalado em setor não classificado pelo IPVS, mas na área de alcance de seu raio de 2km os setores que predominam são os de vulnerabilidade baixa, média e muito alta. Quanto ao São Camilo (mapa 5) e Tamoio (mapa 7), eles se assemelham no sentido de que estão instalados em setores classificados como de vulnerabilidade muito baixa, mas estão a cerca de 1km dos setores de maior vulnerabilidade de suas respectivas áreas. O Santa Gertrudes (mapa 6) está dentro de um setor de vulnerabilidade baixa, rodeado por setores de vulnerabilidade também baixa e muito baixa, mas na zona limite com um setor de vulnerabilidade média e também a cerca de 1km de um setor de vulnerabilidade muito alta (na direção oeste em relação ao CRAS, a chamada “área verde”). Por fim, o mapa do CRAS Vista Alegre (mapa 8) indica que o equipamento está dentro de um setor de vulnerabilidade

média, e apesar de ser rodeado por setores de menor vulnerabilidade, ele está no núcleo mais vulnerável da área definida pelo raio de 2km de sua instalação.

Abaixo temos estes mesmos dados relativos aos grupos IPVS transcritos em números na tabela 15, que trata da quantidade de domicílios em cada grupo de vulnerabilidade dentro destes raios de 2km de cada CRAS¹³.

Tabela 15

Domicílios conforme classificação IPVS em um raio de 2km de cada CRAS - Jundiaí (SP)*

	Não classificado	Baixíssima	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	Total Geral
CE	335	4.856	15.633			249	119	21.192
TA	12	537	9.884	1.595	466	483	864	13.841
SC	73	442	6.381	1.915	139	724	1.585	11.259
VA	203	464	3.913	2.251	476			7.307
NH	92		1.954	3.053	195		729	6.023
SG	91		860	2.678	375		81	4.085
Total Geral	806	6.299	38.625	11.492	1.651	1.456	3.378	63.707

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010 e prefeitura de Jundiaí (2021)

*Não foram considerados os setores censitários que, mesmo dentro do raio de 2KM de um CRAS específico, pertencem à área de abrangência de outro CRAS (o número de domicílios tem como base a estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%)).

Vemos que o CRAS Central é o que concentra o maior número de domicílios em um raio de 2km (são 21.192). Contudo, considerando somente os grupos de maior vulnerabilidade (média, alta e muito alta), ele é o que abrange a menor quantidade de domicílios nessas categorias neste mesmo raio (são 368 somando estes três grupos do IPVS)¹⁴. Já o CRAS São Camilo é o que abrange o maior número de famílias em vulnerabilidade média, alta e muito alta (são 2.448 dentro dos

¹³ Há setores censitários cuja área está parcialmente dentro e parcialmente fora do raio de 2km. Nestes casos, para fins de computar as informações na tabela, o critério foi considerar apenas os setores cuja maior parte da sua área esteja dentro do raio de abrangência definido.

¹⁴ O IPVS classifica todas as famílias da cidade dentro de um dos grupos apresentados na tabela acima (sejam elas as mais abastadas ou as mais vulneráveis). Assim, as famílias dos grupos de vulnerabilidade baixíssima, muito baixa e baixa são em geral as que residem em territórios mais bem estruturados e com mais recursos, portanto de menor vulnerabilidade. No item 2.1 (em 2.1.3 Dados do IPVS), já realizamos a explicação detalhada sobre o uso destes dados e o porquê da seleção destes 3 grupos de vulnerabilidade (média, alta e muito alta) como prioritários para o CRAS.

2km, conforme tabela 15). Focando neste três grupos de vulnerabilidade (somados), na sequência temos o Tamoio (que conta com 1.813 famílias); Novo Horizonte (com 924); e por fim Vista Alegre e Santa Gertrudes que tem pouco mais que 450 famílias destes três grupos do IPVS cada um, também considerando o raio de abrangência de 2km.

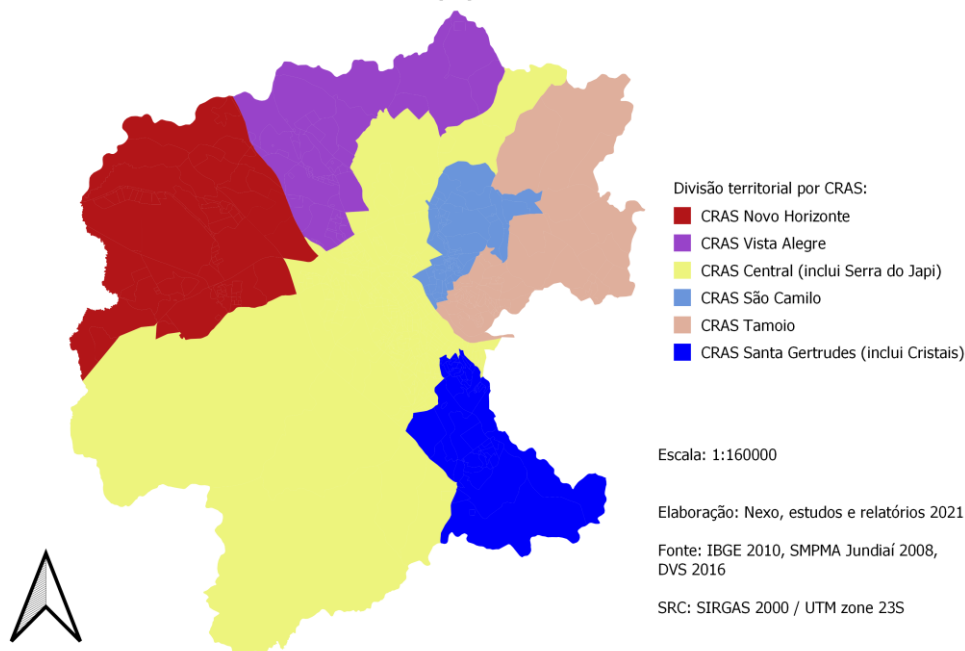
Em resumo, a localização dos CRAS, em geral, está próxima às áreas de maior vulnerabilidade, sendo o CRAS Central o mais distantes das mesmas, já que está no limite da zona de 2km da Vila Ana. Entretanto, para todos os CRAS há possibilidade de estreitar as distâncias entre os equipamentos e os núcleos de vulnerabilidade de cada área, mas isso implica considerar também os impedimentos legais em termos de viabilidade de prédios em terrenos de ocupação não legalizada, por exemplo. Mesmo que a localização de todos os CRAS possa eventualmente ser repensada, analisando todos eles vemos que o CRAS Central é o equipamento que mantém a maior distância dos núcleos de vulnerabilidade contidos em sua área de abrangência. Ainda assim, vale considerar que o sistema de transporte em Jundiá está todo orientado ao terminal central, que por sua vez fica próximo a este CRAS.

2.2.2 - Áreas de abrangência atuais dos CRAS

Quanto às áreas de abrangência de CRAS, é necessário entender que o CRAS não atende de fato à toda a população que está contida na sua área de abrangência. Antes disso, a delimitação de uma área de CRAS é *uma referência* para o cidadão, que eventualmente pode necessitar do serviço de um CRAS e assim saberá a qual deles se direcionar. Não obstante, a área definida é também uma referência para o próprio CRAS em caso de busca ativa ou qualquer outra movimentação dentro de seu território. Dessa forma, dizer que a área de um CRAS abrange, por exemplo, 100 mil famílias, não significa dizer que o CRAS atenda todas essas famílias. Pode ser que dentre as 100 mil famílias de uma determinada área, somente 2 mil estejam em situação de vulnerabilidade ou sejam potenciais demandantes dos serviços dos CRAS. Esclarecido este ponto, vamos analisar as áreas atuais de cada CRAS, conforme segue:

Mapa 9

ABRANGÊNCIA ATUAL DOS CRAS - JUNDIAÍ (SP)



O primeiro elemento que chama atenção na divisão atual é a desproporção das áreas em termos de extensão territorial. Somente a área CRAS Central já cobre quase a metade do território da cidade (são 209 km² de uma cidade que tem no total 431 km²). Contudo, há de se notar que nessa área está contida a Serra do Japi (território vasto, mas com baixa densidade populacional). A extensão territorial aproximada de todas as atuais áreas de CRAS pode ser consultada na tabela abaixo:

Tabela 16

Extensão aproximada de cada área atual de abrangência de CRAS

CRAS	Área em KM2
CE	209.563
NH	72.784
TA	50.750
VA	47.540
SG	34.438
SC	16.323

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: Mapa de áreas de CRAS, DVS 2016

Vê-se então que a menor extensão é a da área do São Camilo. Por outro lado, dada a grande densidade populacional de sua pequena área, ele é o CRAS com maior quantidade de domicílios em setores de maior vulnerabilidade em um raio de 2km de seu endereço (conforme mencionamos ao analisarmos a tabela 15, no item anterior).

Por isso, embora o tamanho das áreas seja muito diferente entre si, interessa também notar o que há em cada uma delas em termos de população e especialmente em termos de população prioritária para o SUAS. Neste sentido, podemos, por exemplo, restringir o foco aos domicílios de menor renda (até 1/2 salário mínimo per capita mensal). E para analisar as características dos territórios, podemos cruzar este critério de renda com o tipo dos setores censitários (se rural ou urbano), resultando na tabela a seguir:

Tabela 17

Total de domicílios com renda per capita de até 1/2 S.M. em cada área atual de CRAS por zona rural versus urbana*

	Rural	Urbano	Total Geral
Central	207	4.062	4.269
Novo Horizonte	114	2.839	2.953
Tamoio	90	2.399	2.489
Sao Camilo	10	2.215	2.225
Vista Alegre	333	1.244	1.577
Santa Gertrudes	84	1.294	1.378
Total Geral	838	14.053	14.891

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010

*Número baseado na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%)

Logo, vemos que em todas as áreas de CRAS há regiões rurais com significativa população residente dentro do critério de domicílios com até 1/2 S. M. de renda per capita, excetuando-se o São Camilo, que embora seja um CRAS com grande população vulnerável em sua área de abrangência, é predominantemente um CRAS que atende ao público urbano (conforme se verifica na tabela 17). E se olharmos a coluna indicativa do total de domicílios classificados na tabela

acima, vemos que a área do CRAS Central comporta sozinha mais de 4mil dos 14.891 domicílios com renda de até 1/2 S.M, ou seja, se no item anterior (item 2.2.1) verificamos que ele é o CRAS mais distante dos núcleos de vulnerabilidade, aqui constatamos que em sua área de abrangência, considerada como um todo, há o maior número de domicílios de baixa renda dentre todos os CRAS (dada a enorme extensão desta área). Em resumo, considerando a área atual total do Central, esse CRAS cobre enorme quantidade de domicílios de baixa renda, mas considerando a localização deste equipamento, ele é também o CRAS com menor número de domicílios em vulnerabilidade no seu entorno (raio de 2km).

Em conclusão, a área de abrangência é uma referência de possível atendimento às famílias, mas não significa que um equipamento de fato atenda a todos que residem em sua área de abrangência. Uma área de CRAS pequena não significa que o CRAS tenha menor demanda, pois a densidade populacional e a situação de vulnerabilidade intensificada de um território pode contrabalançar o tamanho reduzido da área (como é o caso do São Camilo). Áreas muito grandes, em contra partida, podem não conter de fato as áreas mais vulneráveis, ou ainda, como é o caso do CRAS Central, englobarem grande quantidade de população vulnerável dispersa em um território quase tão amplo quanto uma cidade inteira, o que coloca diversos desafios em termos de acesso às diferentes partes deste território alargado.

2.3 – A adequação das equipes

Como vimos no item 2.1, os dados indicam aumento expressivo do número de atendimento nos CRAS, ainda que não indiquem necessidade, no momento, de aumento do número de equipamentos. E quanto às equipes? A definição do número mínimo de equipes de CRAS já foi mencionada no item sobre a legislação (1.1), mas a seguir analisaremos a adequação de Jundiaí ao que está estabelecido nas orientações para o SUAS.

2.3.1 - O ID_CRAS e as equipes em Jundiaí

Considerando o empobrecimento geral da população no contexto de pandemia, que se reflete no crescimento vertiginoso da demanda nos CRAS (apresentado no item 2.1.2), é de se esperar que a sobrecarga a qual as equipes estão expostas possa ser ao menos minimizada com a sua efetiva adequação ao ID CRAS. Conforme já discutido (ver itens 1.2 e 2.1.1), para atender ao que se requer no pacto de aprimoramento do SUAS, os CRAS de Jundiaí deveriam dar conta de referenciar (lembrando que isso não implica necessariamente atender) “20% dos domicílios existentes no município” (BRASIL [Pacto de Aprimoramento do SUAS], 2013, n.p.) E ainda conforme dados apresentados no item 2.1.1 (ver tabela 1), esse número, considerando a estimativa de crescimento populacional, é hoje de aproximadamente 27 mil pessoas. Se pudéssemos distribuir essa população igualmente em todos os CRAS, isso daria 6 CRAS com cerca de 4.500 domicílios referenciados em cada. Com esse número em mente, vejamos novamente o que se indica no ID CRAS (2019) como equipe mínima¹⁵:

Tabela 18

Equipe mínima, ID CRAS considerando referenciamento de 3.501 até 5.000 famílias

	Sem EV*	Com EV
Nível superior	5	7
Nível médio	4	6
Total geral	9	13

Elaboração: Nexo, 2021

Fonte: BRASIL [ID CRAS], 2020

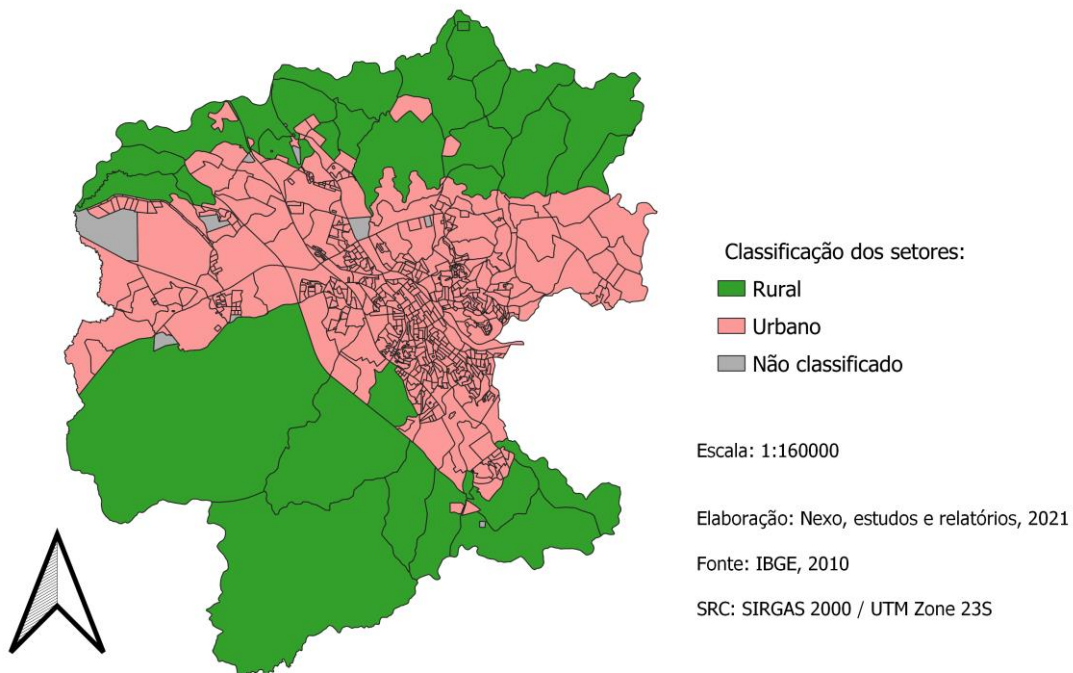
*Equipe volante

¹⁵ O ID CRAS tem 5 níveis de classificação e para cada um deles se estabelece uma quantidade de equipe, sendo que o nível 1 “representa as situações mais distantes do padrão almejado”, e o nível 5 “representa as situações que mais se aproximam dos padrões de qualidade desejáveis”, conforme definições do MDS (BRASIL [ID CRAS], 2020, n.p.). Aqui nos pautamos no nível 5, tendo em vista que Jundiaí é uma cidade de grande porte, maior que diversas capitais de estados do país, rica e com alto desenvolvimento econômico (a 15ª maior cidade do estado em termos de PIB per capita (IBGE [Cidades], 2021)).

Como se vê, o número de profissionais varia de acordo com a necessidade do CRAS, sendo maior para equipamentos com equipe volante. Retomando a legislação citada no item 1.1 sobre este ponto, a cobertura de áreas de baixa densidade populacional deve se dar “por meio de equipes volantes ou de unidades itinerantes, responsáveis pelo deslocamento dos serviços.” (BRASIL [Orientações CRAS], 2009, p. 34-35). Conforme se nota pelas tabela 16 e 17 (apresentadas no item anterior) as áreas de CRAS são extensas e comportam territórios rurais (exceto o CRAS São Camilo, cuja área de abrangência é predominantemente urbana e relativamente menor em termos de extensão territorial). E se verificarmos a distribuição das áreas urbanas e rurais em Jundiaí (conforme classificação do IBGE), temos a seguinte disposição dos setores censitários:

Mapa 10

Setores censitários classificados em urbanos e rurais - Jundiaí (SP)



Logo, comparando o mapa acima com as tabelas 16 e 17 do item anterior, nota-se que a cidade tem um território que, além de extenso, contém diversas zonas rurais. Nesse sentido, para garantir a cobertura do município e atendendo ao previsto na legislação, há de se considerar a equipe mínima dos CRAS com equipes volantes (excetuando a equipe do São Camilo, se sua área de abrangência atual permanecer inalterada).

Por fim, comparando a quantidade de equipe recomendada (conforme tabela 18) e a quantidade atual para os CRAS, temos o resultado a seguir:

Tabela 19

Equipe atual versus equipe mínima de CRAS - Jundiaí (SP) *

CRA	Profissionais atuais			Equipe mínima			
	Médio	Superior	Total atual	Médio	Superior	Total mínimo	Déficit total
CE	4	4	8	6	7	13	-5
NH	2	5	7	6	7	13	-6
SC	3	3	6	4	5	9	-3
SG	1	4	5	6	7	13	-8
TA	3	2	5	6	7	13	-8
VA	3	3	6	6	7	13	-7
Total Geral	16	21	37	34	40	74	-37

Elaboração: Nexo, 2021

Fonte: BRASIL [ID CRAS], 2020; DVS Jundiaí, 2021

* Considerou-se a necessidade de equipe volante para todas as áreas atuais de CRAS, exceto a do São Camilo

Verificamos que há, para as áreas atuais de CRAS, um *déficit* total de 37 *profissionais*, o que *representa dobrar o número atual de trabalhadores*, e isso para compor a equipe **mínima** de CRAS, dentro dos critérios estabelecidos como padrão no SUAS para cidades com o porte e as características sociodemográficas encontradas em Jundiaí. E vale ressaltar que muitos dos dados aqui apresentados (tal como o IBGE e o IPVS) não dão conta de mensurar o crescimento populacional específico dos grupos mais pobres, dado o contexto ímpar da pandemia. Cumpre frisar que a recomendação acima é para equipe **mínima**, e nada impede expansão além do descrito.

2.4 - Conclusão da segunda parte

O agravamento da situação de pobreza é claro com o contexto da pandemia de coronavírus, mas os dados do IPVS e IBGE não podem captar a dimensão do impacto da mesma no empobrecimento das famílias, tendo em vista o ano de referência destas pesquisas (2010). Mesmo com a aplicação da estimativa de crescimento populacional (para 2021), eles não dão conta de indicar o crescimento específicos dos grupos mais vulneráveis, e há de se supor que estes grupos cresceram em maior medida que os demais dado o contexto pandêmico¹⁶. Sendo assim, a medir pelo IPVS e pelo IBGE não se pode argumentar no sentido de ampliar o número atual de CRAS¹⁷. Também os dados do CadÚnico, aqui apresentados, não indicam necessidade de expansão do número de CRAS. Contudo, os dados de atendimento do SUAS Jundiaí são claros ao nos mostrarem uma demanda dos serviços em crescimento exponencial, o que não necessariamente está registrado no CadÚnico, por motivos já discutidos acima¹⁸.

Em relação à localização atual dos CRAS, com a exceção do Central, todos os demais estão em áreas próximas a setores considerados de maior vulnerabilidade social. Ainda assim, como

¹⁶ Isso não significa dizer que os mais pobres passaram a ter mais filhos, mas somente que mais pessoas foram empobrecidas, aumentando o número de pessoas em situação de vulnerabilidade não por crescimento endógeno, mas por incorporação de pessoas que antes estavam em melhores condições socioeconômicas.

¹⁷ Ainda assim, como lembrado pelas equipes em reunião com os CRAS, as orientações de CRAS (BRASIL, 2009, p. 35-36) indicam que a cidade poderia optar por ter mais CRAS, mas para isso cada um deles deveria referenciar uma população menor, reduzindo a capacidade de atendimento, o que não justificaria a ampliação das equipes discutida acima. Contudo, além de ser uma estratégia opcional e não requerida pela legislação, essa é uma decisão que não está posta no contexto atual, tendo em vista o plano municipal de assistência social, que não indicou a necessidade de novos CRAS. Por outro lado, argumentamos aqui (e retomaremos a seguir no item 3.3) que a adequação das equipes, esta sim, é uma demanda premente e justificável pelos dados dos quais já dispomos.

¹⁸ Como citado no item 2.1.4, houve ligeira redução na quantidade de famílias com até 1/2 salário mínimo, como renda *per capita* mensal, na comparação dos dados do CadÚnico de 2018 com 2021. No penúltimo parágrafo do item 2.1.4 estão descritas as explicações para tal *déficit* de cadastramento, em comparação ao aumento dos atendimentos do SUAS. Tais explicações foram levantadas pelas equipes em reunião com os CRAS.



discutido na análise do mapa 2, há setores de maior vulnerabilidade que estão fisicamente distantes de todos os CRAS.

E no que se refere à área de abrangência, é patente a desproporção entre os CRAS. Obviamente a cidade é muito complexa e uma divisão simétrica seria impossível. Contudo, há de se considerar uma readequação de algumas das áreas de CRAS, em especial visando distribuir parte do território imenso que hoje está sob a incumbência do CRAS Central. Vale lembrar que a divisão em áreas de abrangência é uma referência para atendimento, mas não significa obrigatoriedade de atender a todos os residentes de uma dada área, até porque a maior parte dos residentes do município não é demandante e nem mesmo público prioritário da assistência social.

Por fim, quanto à adequação das equipes, este é um elemento que está claramente justificado, seja pelo crescimento da demanda, medido pelo número de atendimentos nos CRAS, seja pelo fato de que não temos, na cidade, nem sequer a equipe considerada mínima pelo ID CRAS. O que temos é um *déficit* que equivale a 100% da equipe atual – e isso sem considerar ainda a redivisão das áreas, proposta na parte 3, a seguir.

Parte 3 – Proposta de redivisão

Após realizado o diagnóstico na parte 2, temos agora condição de indicar algumas das possibilidades de readequação dos equipamentos no sentido de: 1) sugerir endereços para uma eventual mudança do CRAS Central; 2) elaborar propostas de redistribuição de áreas de abrangência entre os CRAS; e 3) detalhar informações relativas à adequação das equipes. No entanto, a definição última de como se dará tudo isso na prática deve ser negociada, discutida e estudada coletivamente pelas equipes, pela gestão e também pelos usuários, no âmbito da democratização da política, preconizada nos termos legais¹⁹. As informações (tabelas, mapas e gráficos) disponíveis nesse relatório devem servir de parâmetro para tal discussão e negociação. Desse modo, a seguir expomos em detalhes cada uma das possíveis formas de readequação dos serviços acima referidas.

3.1 – Sugestões de endereço para o CRAS Central

Conforme apontamos acima (item 2.2.2), apesar do CRAS Central ter a maior área de abrangência entre os CRAS (o que será rediscutido no item 3.2), ele é também o que está mais distante dos núcleos de vulnerabilidade (cf. mapa 3). Portanto, aqui damos algumas sugestões de localização alternativa para o CRAS Central, com base nos núcleos de vulnerabilidade que estão dentro de sua área de abrangência atual, informando qual seria a quantidade de população em vulnerabilidade social que este equipamento abrangeria em cada um dos locais sugeridos.

Vale ressaltar que apesar da legislação indicar que os CRAS devem estar o mais próximo possível dos núcleos de vulnerabilidade, é de ser ter em conta a realidade municipal. Conforme levantado pelas equipes, o fato do sistema de transporte jundiaiense ser direcionado ao terminal central implica que o acesso ao CRAS Central, que fica próximo ao terminal, é facilitado pela própria organização do transporte público. Ainda assim, indicaremos aqui as sugestões de

¹⁹ Uma das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS para a gestão municipal é “ampliar a participação dos usuários e dos trabalhadores nos conselhos municipais de assistência social com a meta de atingir 100% (cem por cento) dos conselhos com representantes de usuários e trabalhadores na representação da sociedade civil.” (BRASIL, 2013, p. 4)

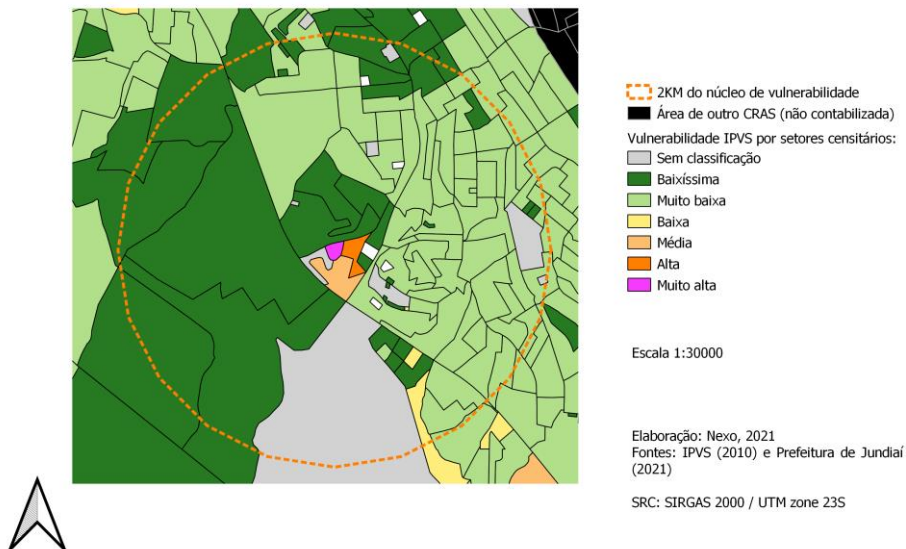
endereços alternativos, as quais podem servir para o próprio CRAS Central ou podem ser aproveitadas para futura implantação de outros CRAS e/ou equipamentos públicos.

Contudo, definir um endereço exato, mesmo que como sugestão, requer conhecimento sobre a disponibilidade de prédios públicos ou de aluguel em cada área. Por isso, não é possível indicar aqui os endereços precisamente. Antes disso, o que segue são as informações sobre a quantidade de população e suas características dentro de um raio de 2km contados a partir de cada um dos núcleos de maior vulnerabilidade encontrados na área do CRAS Central. Caso o CRAS venha de fato a efetuar uma mudança de endereço, pode se basear nesses dados para definir qual seria a melhor localização, tendo em conta as possibilidades reais de instalação em prédios públicos ou privados.

Conforme mapa 2 (cf. item 2.2.1), considerando a área do CRAS Central, os bairros da Vila Ana (no Anhangabaú) e do Sorocabana (no Engordadouro) contém setores de vulnerabilidade alta ou muito alta que não têm proximidade geográfica com nenhum dos CRAS. Além disso, os bairros da Vila Maringá, Horto Florestal (Fepasa), Hortolândia e Casa Branca, também dentro da área atual do Central, apresentavam um ou mais setores censitários classificados como de vulnerabilidade média que também se encontram fisicamente distantes de todos os CRAS. Por isso, essas localidades serão nossos núcleos para definição do raio de abrangência e cálculo da população, conforme segue nos mapas e tabelas abaixo:

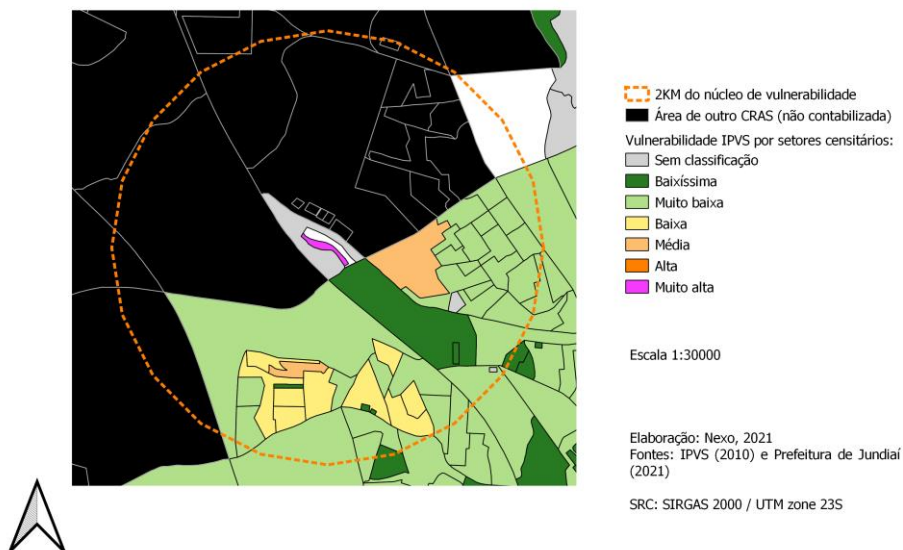
Mapa 11

IPVS em um raio de 2KM da Vila Ana (sugestão de endereço para o CRAS Central) - Jundiaí (SP)



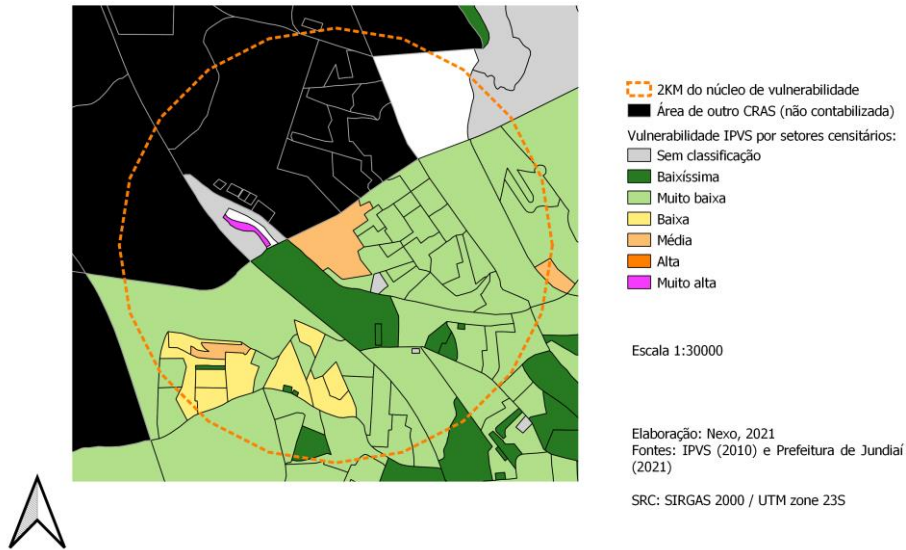
Mapa 12

IPVS em um raio de 2KM do Jardim Sorocabano (sugestão de endereço para o CRAS Central) - Jundiaí (SP)



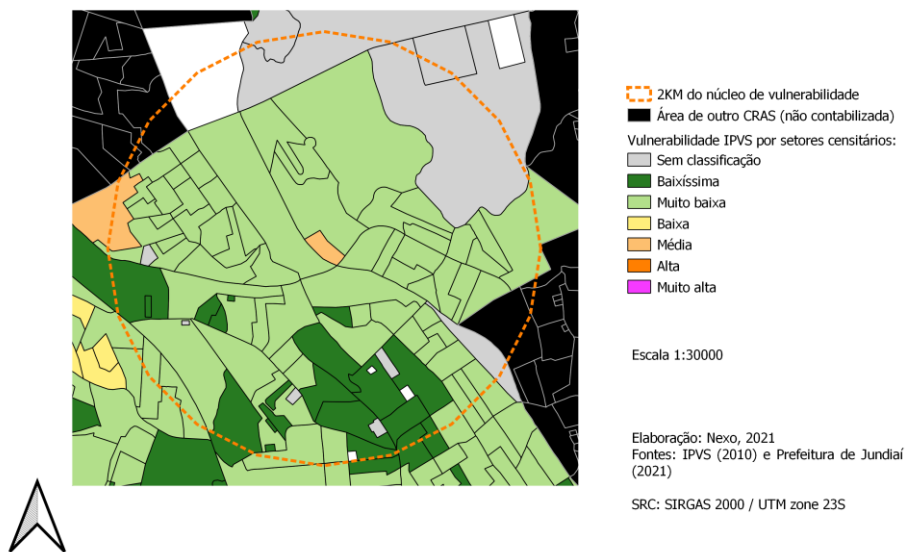
Mapa 13

IPVS em um raio de 2KM na Vila Hortolândia (sugestão de endereço para o CRAS Central) - Jundiaí (SP)



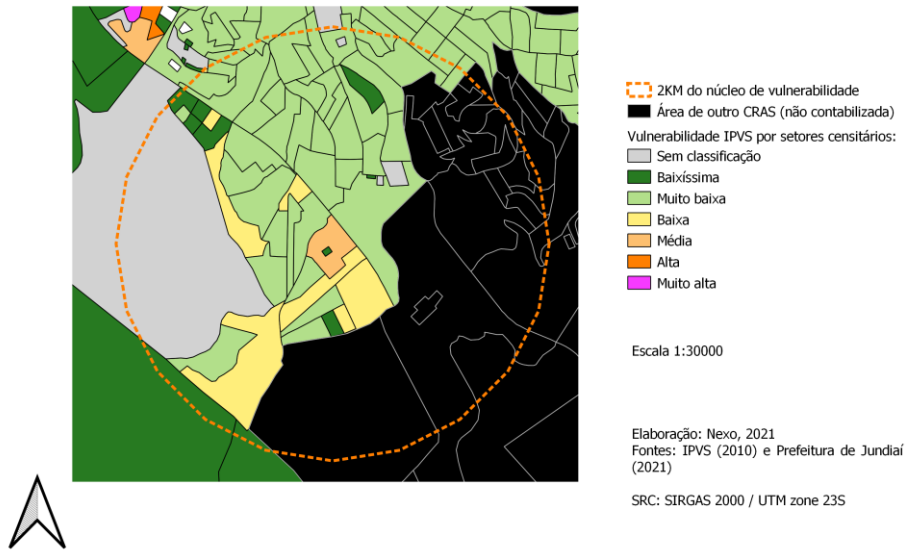
Mapa 14

IPVS em um raio de 2KM do Jardim FEPASA (sugestão de endereço para o CRAS Central) - Jundiaí (SP)



Mapa 15

IPVS em um raio de 2KM na Vila Maringá (sugestão de endereço para o CRAS Central) - Jundiá (SP)



Considerando os dados relativos a tais mapas, temos os seguintes grupos do IPVS dentro de cada sugestão de endereço no raio de abrangência definido, indicados na tabela a seguir:

Tabela 20

Domicílios conforme classificação IPVS em um raio de 2km de cada possível endereço do CRAS Central - Jundiá (SP)*

	Sem classificação	Baixíssima	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	Total Geral	
Endereço atual	335	4.856	15.633				249	119	21.192
Fepasa	278	3.407	12.617		330				16.632
Vila Ana	325	4.988	10.137	310	379	249	119		16.507
Hortolândia	81	2.041	8.732	2.251	379		359		13.843
Maringá	163	1.667	8.062	1.556	289				11.737
Sorocabano	84	1.216	5.437	2.251	379		359		9.726

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010 e prefeitura de Jundiá (2021)

*Não foram considerados os setores censitários que, mesmo dentro do raio de 2KM dos novos endereços sugeridos, pertencem à área de abrangência de outro CRAS (o número de domicílios tem como base a estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiá em 2021 (15,349%))

Como se nota, no endereço atual o CRAS Central tem a maior quantidade de domicílios no raio de abrangência definido (21.192 no total). Mas, se olharmos somente os dados da população dos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta, temos o resultado a seguir:

Tabela 21

Domicílios dos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta (conforme IPVS) em um raio de 2km de cada possível endereço do CRAS Central - Jundiaí (SP)*

	Média	Alta	Muito alta	Total Geral
Vila Ana	379	249	119	747
Hortolândia	379	-	359	738
Sorocabano	379	-	359	738
Endereço atual	-	249	119	368
Fepasa	330	-	-	330
Maringá	289	-	-	289

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: IPVS/IBGE 2010 e prefeitura de Jundiaí (2021)

*Não foram considerados os setores censitários que, mesmo dentro do raio de 2KM dos novos endereços sugeridos, pretendem à área de abrangência de outro CRAS (o número de domicílios tem como base a estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%))

Com base nestes dados podemos analisar o total estimado de domicílios em territórios de vulnerabilidade em cada uma das áreas onde o CRAS Central eventualmente pode ser instalado. Vemos que, a partir dos núcleos de vulnerabilidade que atualmente estão contidos na área do CRAS Central, o melhor endereço para a localização deste equipamento seria nos arredores da Vila Ana. Neste local encontramos a maior população em situação de vulnerabilidade média, alta e muito alta (747 domicílios), conforme IPVS, em um raio de 2km. Contudo, pela análise em paralelo do mapa da Vila Maringá (mapa 15) e da Vila Ana (mapa 11), percebemos que se o endereço escolhido for próximo da Vila Ana, mas a sudeste desta, é possível abranger também os núcleos de vulnerabilidade da Vila Maringá em um mesmo raio de 2km de proximidade do CRAS (o que daria um total de 1.036 domicílios em setores de vulnerabilidade classificada em média, alta ou muito alta dentro do raio definido).

Não obstante, há de se ter em conta ainda que os núcleos da Vila Maringá e da Vila Ana estão separados pela Rodovia Anhanguera, e por isso o acesso da população que ficar do outro

lado da pista pode ser dificultado. Portanto, existindo a necessidade de escolha entre um dos lados da cidade que são cortados pela rodovia, o lado mais próximo à Vila Ana nos parece o mais acertado, por conter maior número de domicílios em situação de vulnerabilidade agravada.

Por fim, é de se considerar essas informações em contraste com as observações feitas sobre o sistema de transporte centrípeto da cidade. Ainda que o CRAS possa acessar as famílias com a implantação de equipes volantes (o que será rediscutido no item 3.3), retirar o equipamento do local mais acessível via transporte público pode ampliar a demanda sobre estas equipes. Isso pois, tendo em vistas que há mais de um núcleo de vulnerabilidade na área do CRAS Central, aproximar o equipamento de um destes núcleos implica em distancia-lo de outros e também da zona de melhor acesso via ônibus.

3.2 – Mudanças nas áreas de CRAS

3.2.1 – Discussão sobre como mudar as áreas de CRAS

Como vimos na parte 2 (diagnóstico), as áreas de CRAS têm extensões territoriais muito desiguais (conforme tabela 16 e mapa 9). Além disso, a quantidade de população e em especial de população em situação de vulnerabilidade também é distribuída de forma muito diversa entre os CRAS (conforme tabelas 2, 13 e 17). E como a soma das áreas dos CRAS deve abranger o território total da cidade, a redivisão das áreas implica necessariamente que a diminuição de um território de CRAS seja compensada pela expansão do território de outro(s) CRAS.

De todos os CRAS da cidade, verificamos que o Central é o que necessita de redução de área urgente, tendo em vista que: sua área cobre quase a metade do território do município (cf. mapa 9 e tabela 16); dentro dela há vários núcleos de vulnerabilidade (cf. mapa 2); e esta área abrange a maior população com baixo rendimento (cf. tabela 13 e tabela 17). Se o Central é o CRAS que mais necessita de mudanças, por outro lado o CRAS Novo Horizonte é um equipamento que nos parece estar em condições que não demandam alteração em termos de endereço, área e população (embora necessite de ampliação de equipe, como será discutido no item 3.3, mais a frente). Além

disso, é necessário considerar as barreiras físicas para alteração de áreas, já que a área do Novo Horizonte está delimitada a leste e norte pelas bordas do município, o que impossibilita extensão, e a oeste e sul por grandes vias de tráfego de veículos (Rodovia Anhanguera e Av. Antônio Pincinato, respectivamente).

Já os CRAS São Camilo, Tamoio, Santa Gertrudes e Vista Alegre (que atualmente têm territórios muito menores que o Central e Novo Horizonte) são eventuais candidatos à ampliação de áreas. São Camilo e Santa Gertrudes têm as menores áreas em termos de extensão territorial, Vista Alegre e Tamoio têm áreas médias, na comparação com outros CRAS (cf. mapa 9 e tabela 16). No que diz respeito ao número de domicílios com renda per capita de até 1/2 S.M. (IBGE), Vista Alegre e Santa Gertrudes contam com os menores números, Tamoio e São Camilo com números altos, mas abaixo dos do Central e Novo Horizonte, que são os que abrangem a maior população nessa condição (cf. tabela 2 e 17). Já em relação ao CadÚnico, Vista Alegre e Santa Gertrudes são atualmente os dois CRAS com menor número de famílias com baixa renda cadastradas, embora o número seja significativo (1.113 e 986, respectivamente, para o ano 2021, cf. tabela 13), e São Camilo e Tamoio são também os CRAS com número intermediário, abaixo do Central e Novo Horizonte (cf. tabela 13).

Assim, olhando para os dados do CadÚnico (tabela 13) ou do IBGE por renda (tabela 2), o padrão se repete, sendo os maiores CRAS o Central seguido do Novo Horizonte, São Camilo e Tamoio em posições intermediárias e Santa Gertrudes e Vista Alegre por último. Contudo, os dados do IPVS são os únicos que invertem esse padrão de posições entre os CRAS. Pela tabela 11, onde podemos analisar a quantidade de domicílios em territórios de vulnerabilidade média, alta e muito alta, Tamoio e São Camilo são os maiores CRAS, seguidos de Novo Horizonte e Central, e por último vemos novamente Vista Alegre e Santa Gertrudes.

Vale lembrar que não se trata aqui de estabelecer um ranking entre os CRAS no sentido de criar qualquer rivalidade ou disputa. No entanto, é necessário comparar as áreas e populações a fim de definir a melhor forma de redistribuí-las. Pelos dados acima indicados, fica claro que o CRAS Central precisa de redução de área e de população, que o CRAS Novo Horizonte, por ser já o segundo maior em termos de extensão e conter grande população em vulnerabilidade, não seria o

mais adequado para incorporar territórios do CRAS Central. O CRAS São Camilo e Tamoio (assim como o Novo Horizonte) também já abrangem grande número de população em núcleos de maior vulnerabilidade. Contudo, estes dois CRAS estão inseridos dentro do meio urbano e relativamente próximos ao centro (na comparação com os demais). Por isso, é possível, como se verá a seguir nas propostas de redivisão, que suas áreas sejam aumentadas em direção a territórios que não comportam grande número de população em situação de vulnerabilidade, mas que são estratégicos porque não aumentam em demasia a sua área de deslocamento e, ao mesmo tempo, incorporam localidades que hoje são do CRAS Central, contribuindo para a redução necessária da área deste equipamento.

Em especial no caso do CRAS São Camilo, por ter o menor território e ser um CRAS essencialmente urbano, hoje é o único onde não se justifica a necessidade de atuação de equipe volante. Uma solução eficaz seria então a extensão de sua área em direção à zona rural imediatamente contígua ao seu território atual. Isso pode lhe trazer duas vantagens adicionais: 1) a incorporação dos territórios rurais justificariam a ampliação de equipe considerando o quantitativo de equipe volante; e 2) estes territórios aumentariam sua área de abrangência, que é a menor entre os CRAS, sem aumentar de maneira significativa sua população referenciada, já que a área rural em questão é de baixa densidade demográfica e com setores classificados no IPVS como de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade.

Já o CRAS Vista Alegre e Santa Gertrudes podem ter suas áreas ampliadas também em direção às zonas rurais que já são contíguas aos seus territórios, o que, tal como vimos para o CRAS São Camilo, tem a vantagem de reduzir a extensão da área do Central sem necessariamente incorporar grande número de população absoluta e/ou em vulnerabilidade. Além disso, pela tabela 11, vemos que o CRAS Vista Alegre é o único que não possui em sua área nenhum território classificado como de vulnerabilidade alta ou muito alta. Por isso, ele eventualmente poderia incorporar o território urbano de maior vulnerabilidade que hoje está no limite de sua área de abrangência, mas no momento pertence ao CRAS Central, que é o Jardim Sorocabano.

3.2.2 – Propostas de alteração de áreas de abrangência

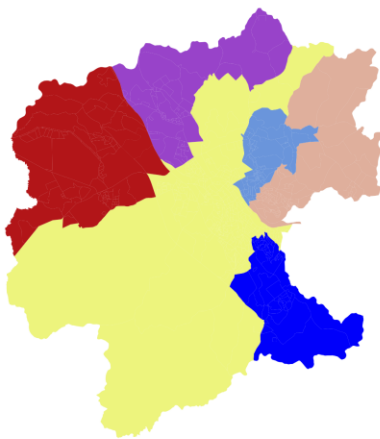
A) - Extensão das áreas

Tendo em vista a análise da situação dos CRAS exposta no item anterior (3.2.1) e baseada no diagnóstico elaborado na parte 2 deste relatório, apresentaremos a seguir três propostas de redivisão de áreas de CRAS, comparando as mesmas com a divisão atual e considerando os seis CRAS que hoje existem na cidade. Para todas as propostas temos em mente a expansão das equipes, a ser detalhada no item 3.3. Da primeira para a terceira proposta temos uma crescente em termos de mudanças necessárias, sendo então a proposta número 01 a mais conservadora, e a proposta número 03 a de maior alteração / redistribuição de áreas. Do ponto de vista de encontrar uma forma mais igualitária de dividir os territórios da cidade, a proposta 03 é a mais efetiva e a 01 a menos. Além das propostas apresentadas aqui, ressaltamos que os próprios CRAS podem (e devem) discutir e sugerir alterações visando chegarmos em uma proposta de consenso. Vamos então analisar os resultados dessas redivisões, expostos a seguir:

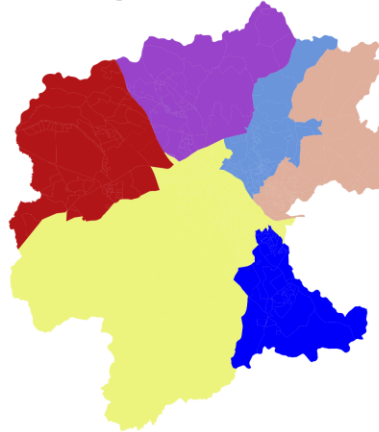
Mapa 16

Comparação entre a área atual de CRAS e as 03 propostas de redivisão

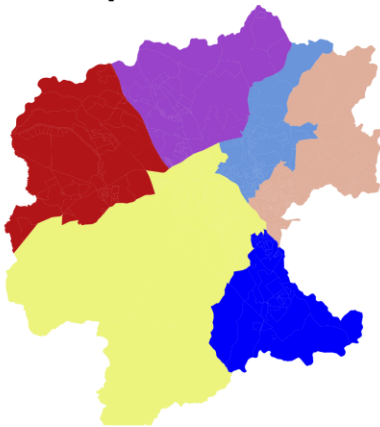
Divisão atual



Proposta 01



Proposta 02



Proposta 03



- Área NH
- Área VA
- Área CE
- Área SC
- Área TA
- Área SG

Escala 1:310000

Elaboração: Nexo, 2021

Fontes: IBGE (2010) e Prefeitura de Jundiaí (2021)

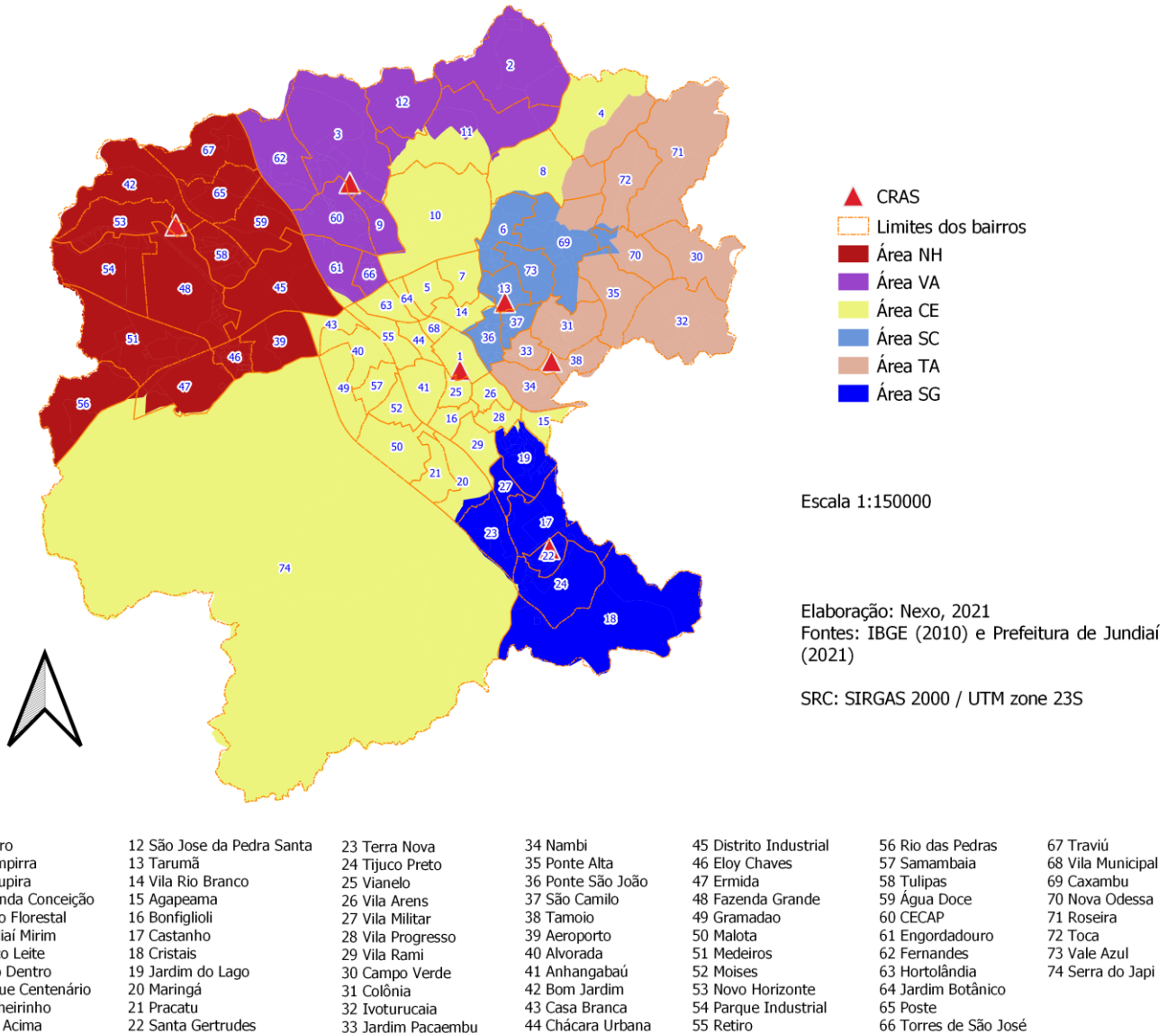
SRC: SIRGAS 2000 / UTM zone 23S



O mapa 16 é elucidativo ao indicar precisamente a diferença entre as áreas nas três propostas (o que será discutido a seguir). Mas para termos uma ideia mais clara do que isso significa em termos de abairramento, vejamos os mapas a seguir.

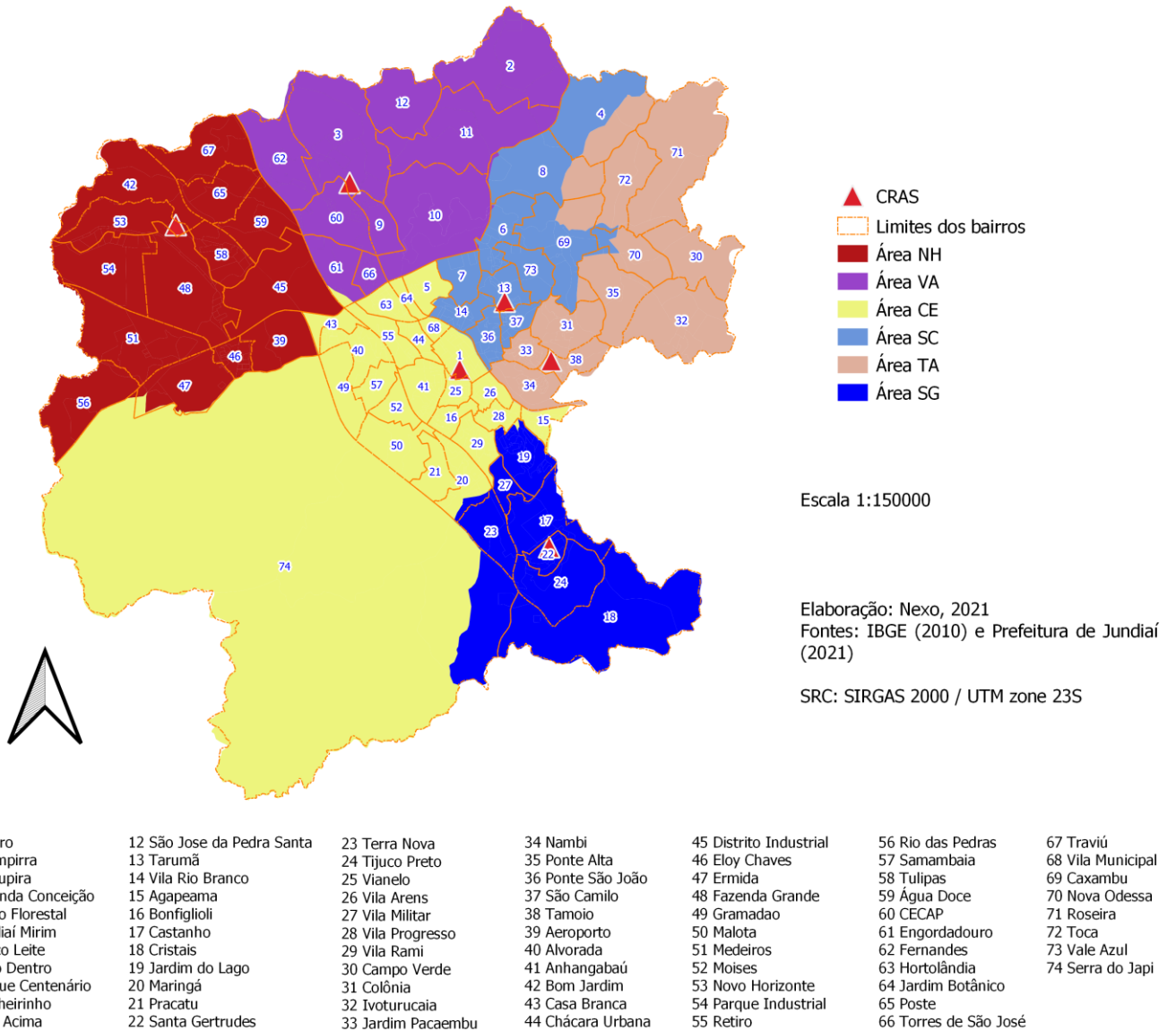
Mapa 17

Divisão atual de áreas dos CRAS em Jundiaí (SP) - com abairramento



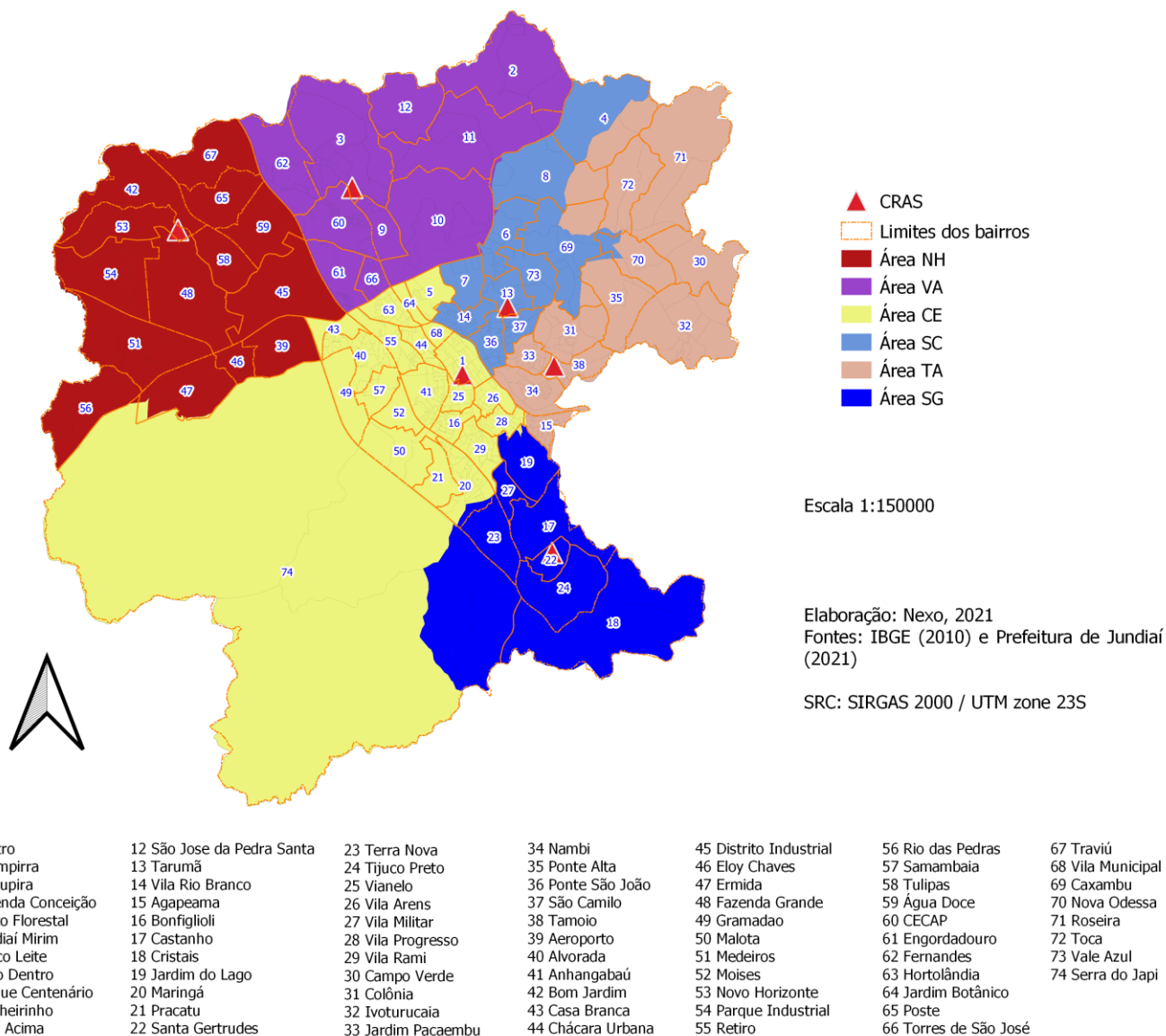
Mapa 18

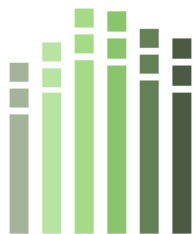
Proposta 01 de redivisão de áreas dos CRAS em Jundiá (SP) - com abairramento



Mapa 19

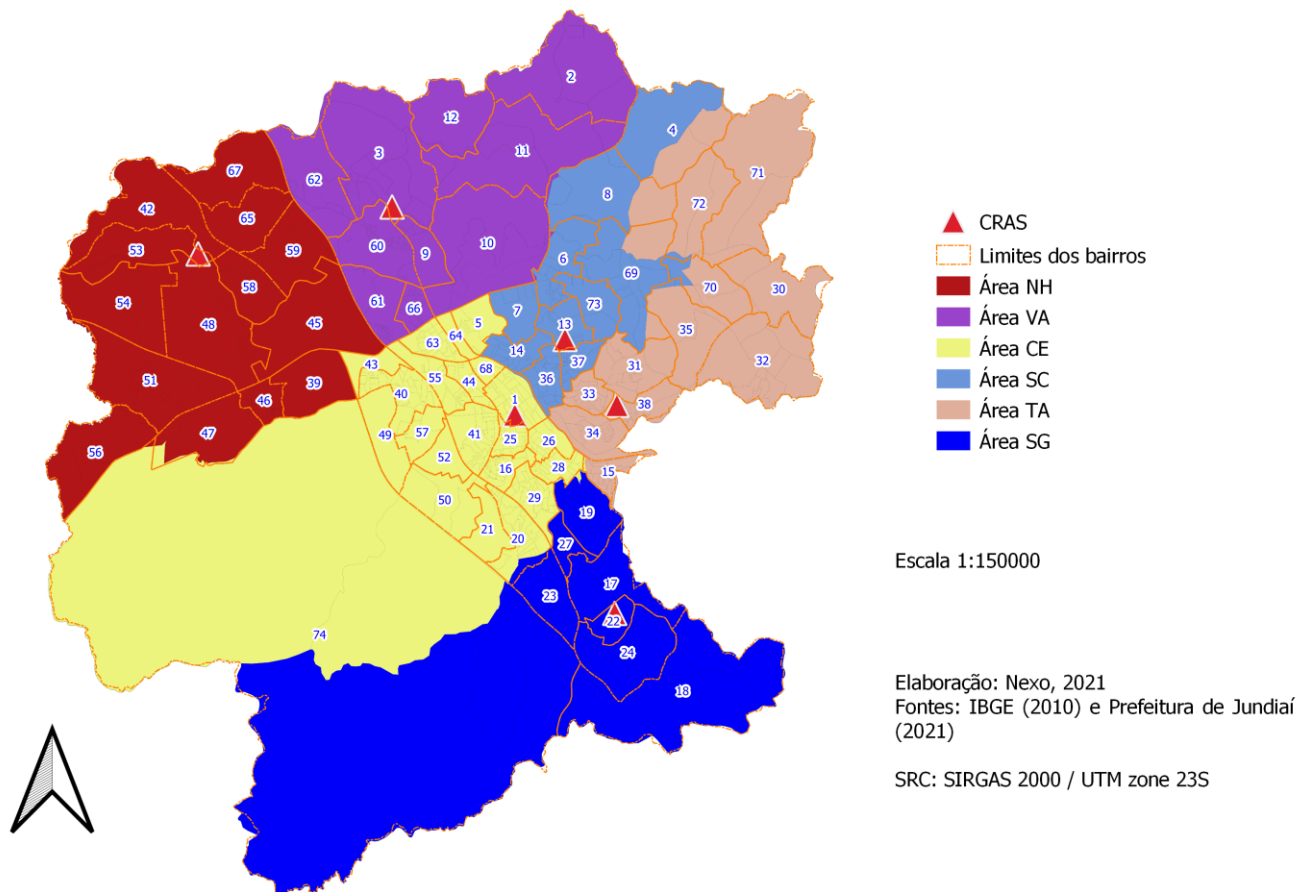
Proposta 02 de redivisão de áreas dos CRAS em Jundiá (SP) - com abairramento





Mapa 20

Proposta 03 de redivisão de áreas dos CRAS em Jundiá (SP) - com abairramento



Escala 1:150000

Elaboração: Nexo, 2021
Fontes: IBGE (2010) e Prefeitura de Jundiá (2021)

SRC: SIRGAS 2000 / UTM zone 23S

- | | | | | | | |
|---------------------|----------------------------|--------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|
| 1 Centro | 12 São Jose da Pedra Santa | 23 Terra Nova | 34 Nambi | 45 Distrito Industrial | 56 Rio das Pedras | 67 Traviú |
| 2 Champira | 13 Tarumã | 24 Tijuco Preto | 35 Ponte Alta | 46 Eloy Chaves | 57 Samambaia | 68 Vila Municipal |
| 3 Currupira | 14 Vila Rio Branco | 25 Vianelo | 36 Ponte São João | 47 Ermida | 58 Tulipas | 69 Caxambu |
| 4 Fazenda Conceição | 15 Agapeama | 26 Vila Arens | 37 São Camilo | 48 Fazenda Grande | 59 Água Doce | 70 Nova Odessa |
| 5 Horto Florestal | 16 Bonfiglioli | 27 Vila Militar | 38 Tamoio | 49 Gramadao | 60 CECAP | 71 Roseira |
| 6 Jundiá Mirim | 17 Castanho | 28 Vila Progresso | 39 Aeroporto | 50 Malota | 61 Engordadouro | 72 Toca |
| 7 Marco Leite | 18 Cristais | 29 Vila Rami | 40 Alvorada | 51 Medeiros | 62 Fernandes | 73 Vale Azul |
| 8 Mato Dentro | 19 Jardim do Lago | 30 Campo Verde | 41 Anhangabaú | 52 Moises | 63 Hortolândia | 74 Serra do Japi |
| 9 Parque Centenário | 20 Maringá | 31 Colônia | 42 Bom Jardim | 53 Novo Horizonte | 64 Jardim Botânico | |
| 10 Pinheirinho | 21 Pracatu | 32 Ivoituruaia | 43 Casa Branca | 54 Parque Industrial | 65 Poste | |
| 11 Rio Acima | 22 Santa Gertrudes | 33 Jardim Pacaembu | 44 Chácara Urbana | 55 Retiro | 66 Torres de São José | |

Comparando então as propostas, vamos analisar as mudanças para cada CRAS. Da divisão atual para a proposta 01 (do mapa 17 ao 18), o CRAS Vista Alegre passa a incorporar as áreas do Pinheirinho (código 10) e a parte do Rio Acima (código 11) que hoje são do Central. Devemos lembrar que a extensa área do Pinheirinho tem baixa densidade demográfica, já que contém a represa do DAE e o vasto terreno do parque da cidade, além de sítios e loteamentos rurais, e a área do Rio Acima já era parcialmente do CRAS Vista Alegre, sendo que o pedaço a ser incorporado é parte da zona rural deste bairro (também de menor densidade demográfica). O CRAS São Camilo passa a atuar nos bairros do Mato Dentro (código 8) e Fazenda Conceição (código 4), ambas áreas rurais (exceto por um único setor censitário urbano na divisa ocidental do bairro do Mato Dentro - cf. mapa 18 e 10). Assim, como exposto no item de discussão (cf. 3.2.1) justifica-se a atuação de equipes volantes para este CRAS, que vem a estender sua área sem incorporar um grande número de população. Também o São Camilo passa a atuar nos bairros Marco Leite (código 7) e Vila Rio Branco (código 14), que são urbanos. Contudo Marco Leite engloba os condomínios luxuosos em frente ao parque da cidade, os quais não constituem territórios de vulnerabilidade, obviamente, e Vila Rio Branco é um bairro classificado como não vulnerável no IPVS (vulnerabilidade muito baixa). Por fim, ainda na proposta 01, o CRAS Santa Gertrudes estende seu território em direção à Serra, incorporando apenas dois setores censitários, ambos de baixíssima densidade demográfica (um deles contém um galpão e a fábrica da Metal Leve, o outro é área de mata da Serra em quase toda a extensão, com poucos sítios concentrados na parte sul do setor censitário. Todas as áreas incorporadas pelos CRAS Vista Alegre, São Camilo e Santa Gertrudes são territórios que eram do CRAS Central.

Comparando agora as mudanças decorrentes da proposta 02 em relação à proposta 01 (do mapa 18 ao 19), temos as alterações a seguir: o CRAS Vista Alegre passa a atuar também no Jardim Sorocabano, além dos territórios indicados na proposta 01. Este CRAS, atualmente, é o único que não abrange nenhum território de alta vulnerabilidade em sua área, o que muda com essa incorporação do Sorocabano - território que aliás já é parte de um bairro de atuação deste CRAS, o Engordadouro (código 61). Também nessa proposta o CRAS Tamoio passa a abranger o território

do Agapeama (código 15), o qual é um bairro de vulnerabilidade muito baixa pelo IPVS (cf. mapa 2). CRAS São Camilo segue com os mesmos territórios indicados na proposta 01. E por fim, a última alteração é novamente do CRAS Santa Gertrudes, que incorporaria mais um setor censitário de Serra, de baixa densidade demográfica, rural, quase todo coberto de mata, com poucos sítios ou fazendas e classificado como de baixíssima vulnerabilidade. No mais, as áreas incorporadas na proposta 01 são todas também mantidas na proposta 02.

Por último, temos a proposta 03 (mapa 20), esta mantém todas as mudanças sugeridas na proposta 01 e na proposta 02, sendo que a única alteração adicional é a extensão da área do CRAS Santa Gertrudes ainda mais a oeste em direção à Serra, novamente incorporando setores de baixa densidade demográfica, baixíssima vulnerabilidade e quase todos cobertos por área de vegetação. Dessa forma, a grande alteração nesta proposta em relação à anterior é a divisão da área de Serra entre os CRAS Santa Gertrudes e Central, que são CRAS cujos os territórios fazem divisa com a Serra do Japi. O CRAS Novo Horizonte também tem sua área na divisa com a Serra, mas já incorpora uma das maiores populações em vulnerabilidade e de baixa renda, além de um território extenso, em comparação com os demais CRAS, o que não justifica sua extensão à área de Serra.

Vale lembrar que a redivisão também contou com o estudo de readequação das equipes, e justificamos aqui a necessidade de equipes volantes em todos os CRAS, além de sugestão de adequação da equipe gestora (cf. item 3.3).

Para verificar o quão mais equitativamente distribuída a cidade estaria em cada uma dessas propostas em termos de extensão territorial das áreas, podemos também analisar a tabela e o gráfico comparativo a seguir:

Tabela 22

Extensão aproximada de cada proposta de área de abrangência de CRAS

Divisão atual

CRAS	Área em KM2
CE	209.563
NH	72.784
TA	50.750
VA	47.540
SG	34.438
SC	16.323

Proposta 1

CRAS	Área em KM2
CE	174.839
NH	72.784
VA	62.629
TA	50.750
SG	40.193
SC	30.203

Proposta 2

CRAS	Área em KM2
CE	166.448
NH	72.784
VA	62.882
TA	51.909
SG	47.172
SC	30.203

Proposta 3

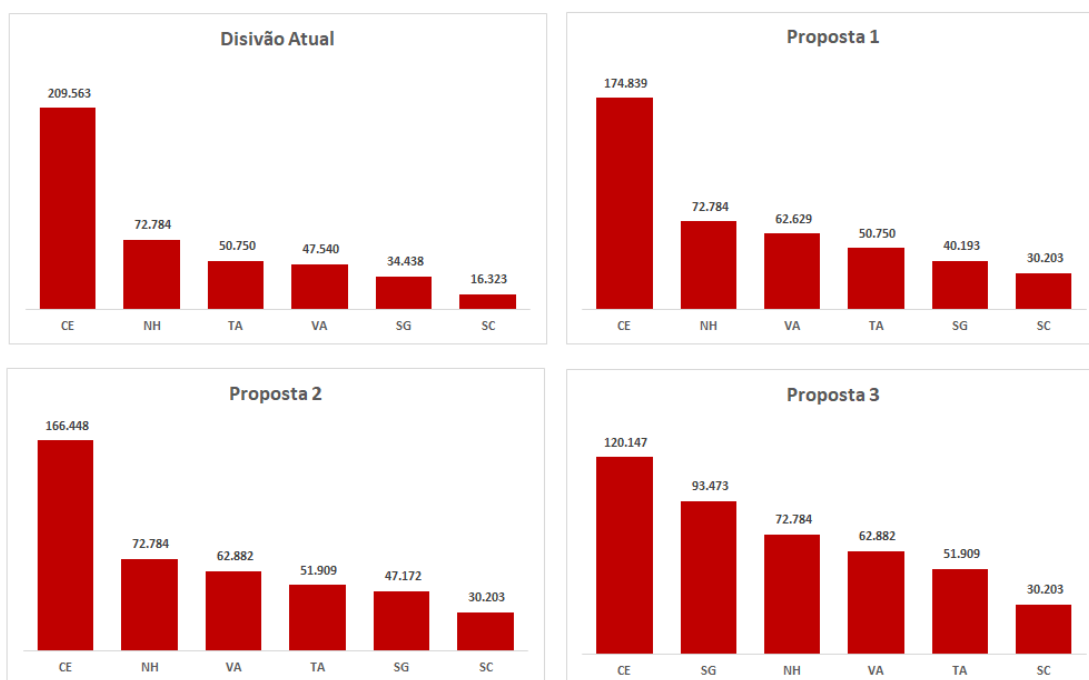
CRAS	Área em KM2
CE	120.147
SG	93.473
NH	72.784
VA	62.882
TA	51.909
SC	30.203

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021

Fonte: Proposta Nexo de redivisão de áreas

Gráfico 9

Extensão aproximada de cada proposta de área de abrangência de CRAS*



Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021
 Fonte: Propostas Nexo de redivisão de áreas

*valores em quilômetros quadrados

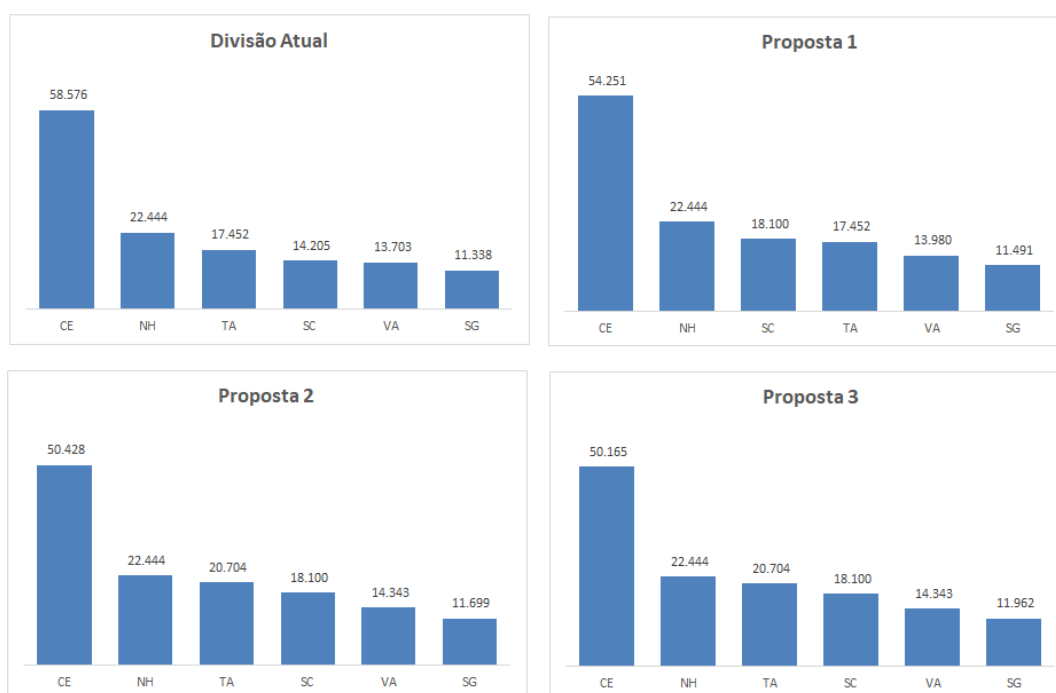
Comparando as tabelas, vemos que a redução da área do Central é drástica, de 209 km² na divisão atual para 120 km² na proposta 03. Ainda assim, este continua a ser o maior entre os CRAS em termos de área, até porque continua com uma área de Serra. Contudo, vale lembrar que a maior parte desta região é área de reserva natural, com localidades sem população residente ou com muito pouca população. Os demais CRAS têm suas áreas alteradas, considerando a divisão atual e a comparação com a proposta 03, nas seguintes grandezas: aumento de 1,2 km² para o CRAS Tamoio; 15,3 km² para o CRAS Vista Alegre; 13,8 km² para São Camilo; e 59 km² para o CRAS Santa Gertrudes. Como já argumentamos, a cidade é muito complexa em termos de extensão, limites geográficos, barreiras e agrupamentos sociais. Portanto, uma divisão de áreas idênticas é impossível de ser realizada na prática, e o que buscamos aqui é redistribuir as áreas levando em conta a complexidade de cidade.

B) - Dados sociais em cada proposta de área

Para além da extensão das áreas em si, importa verificar o que está contido, em cada proposta, em termos de população e suas características. Para isso, apresentamos a seguir algumas informações do Censo e do IPVS levantadas para cada uma das possíveis áreas apresentadas. Novamente, como nos itens anteriormente apresentados (em especial parte 2), trabalhamos com a estimativa de crescimento populacional do IBGE para 2021. Em primeiro lugar, verificaremos os dados de população em geral, ou seja, da população residente dentro de cada área, sem focar em critérios de vulnerabilidade, conforme segue:

Gráfico 10

Total de domicílios em cada proposta de áreas de CRAS*

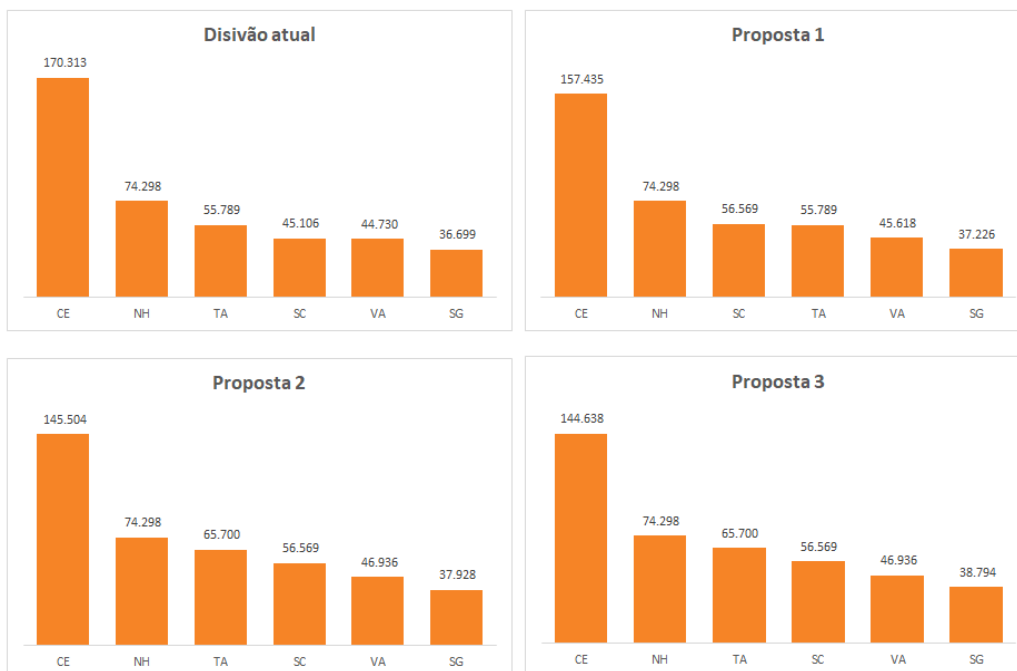


*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021
Fonte: IPVS/IBGE 2010

Gráfico 11

População total em cada proposta de área de CRAS*



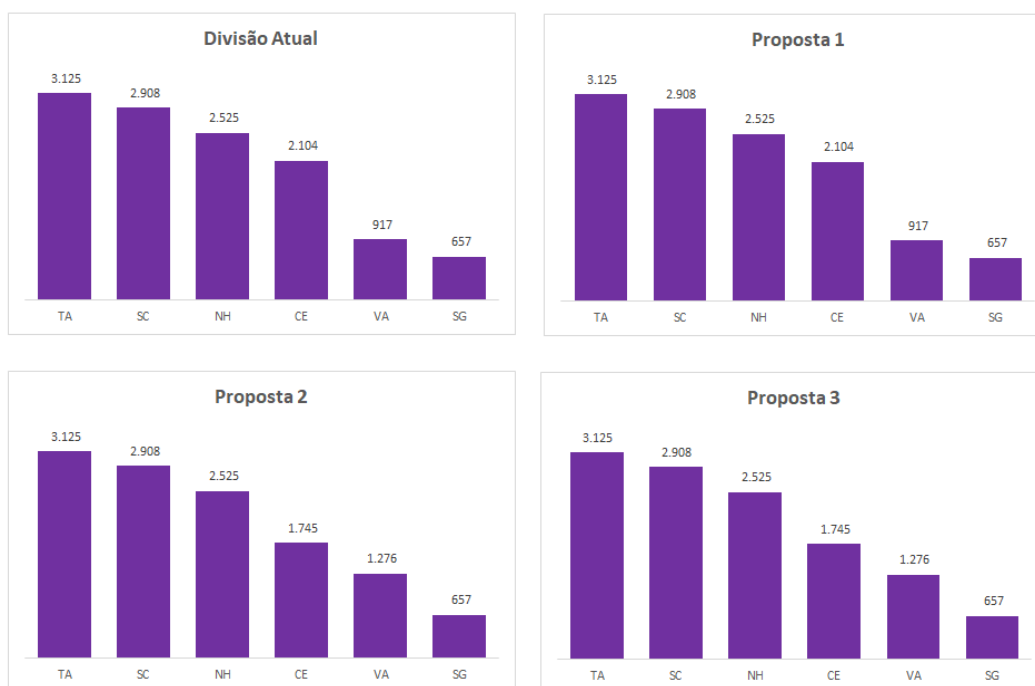
*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiaí em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021
 Fonte: IPVS/IBGE 2010

Como vemos pelos dados acima, quando o assunto é população total ou número total de domicílios, o CRAS Central continua a ser a região mais populosa, já que o centro urbano é a principal área de atuação deste CRAS e é o lugar mais densamente povoado e também mais populoso da cidade. Contudo, pelos mapas do IPVS (mapa 2, por exemplo), este mesmo centro é também lugar de concentração de população em territórios de baixa e baixíssima vulnerabilidade, (embora isso não impeça a existência de diversas outras famílias em situação de alta vulnerabilidade na região do CRAS Central). Então, para seguir a análise, verificaremos agora os dados em termos de população em setores de vulnerabilidade.

Gráfico 12

Total de domicílios em territórios de vulnerabilidade média, alta e muito alta em cada proposta de área de CRAS*



*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiá em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021
Fonte: IPVS/IBGE 2010

Como as alterações de territórios de CRAS são extensões das áreas do CRAS São Camilo, Santa Gertrudes, Vista Alegre e Tamoio em direção à setores censitários em geral classificados como de baixa, muito baixa ou baixíssima vulnerabilidade, quase não há alterações em termos de grupos mais vulneráveis do IPVS entre as propostas (como se vê pelo gráfico acima). Conforme citamos no item 2.1.3, o IPVS não classifica as famílias em si, mas os territórios de moradia, baseado nos dados predominantes daquele território específico. Assim, quando dizemos que um território é de alta vulnerabilidade social, esperamos que a maior parte das famílias esteja nessa situação, mas eventualmente alguma família pode estar em melhor condição, mesmo dentro deste território. O mesmo vale para o contrário, ou seja, dizer que um território é de baixíssima vulnerabilidade é indicar que há prevalência de famílias nessa condição no setor censitário analisado, mas eventualmente alguma família em situação de vulnerabilidade mais crítica pode

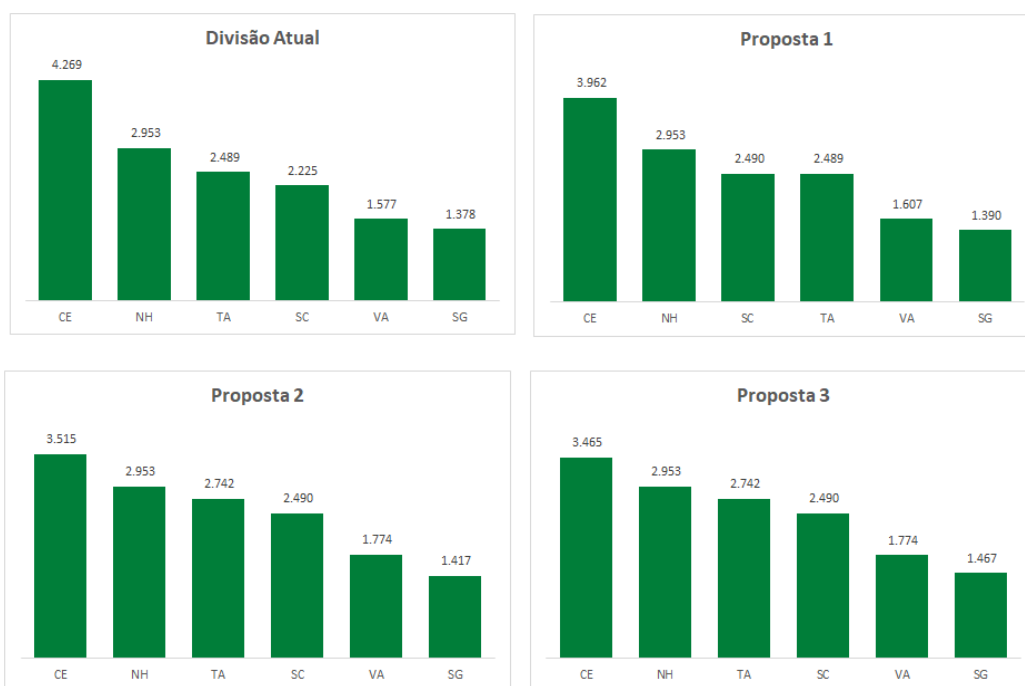
sim viver ali. Tendo esse ponto esclarecido, vamos comparar a proposta 03 com a divisão atual em termos de quantidade de domicílios em territórios de vulnerabilidade, apresentados acima (cf. gráfico 12).

Da divisão atual para a proposta 03, CRAS Tamoio, São Camilo e Novo Horizonte são os três com maior quantidade de famílias em vulnerabilidade média, alta ou muito alta (do maior ao menor, nessa ordem), e não há mudança deste número entre as propostas – ou seja, apesar da extensão das áreas da proposta 03, as novas áreas destes CRAS não contém setores classificados como de vulnerabilidade média, alta ou muito alta. O CRAS Central vem em 4 lugar com uma redução, passando de 2.104 domicílios na divisão atual, para 1.745 na proposta 03. O CRAS Vista Alegre tem um aumento, indo de 971 domicílios para 1.276 em maior vulnerabilidade (pela incorporação do Jardim Sorocabano). E o CRAS Santa Gertrudes, apesar de ter tido a maior das expansões de área de abrangência na proposta 03, mantém a mesma quantidade de domicílios quando falamos em residentes em setores de vulnerabilidade (média, alta e muito alta), a saber, 657 domicílios.

Já que o IPVS classifica os territórios (setores censitários) e não os domicílios em si, vale ainda analisar algum dado disponível sobre uma característica de cada domicílio, esse dado, que em geral tem fortíssima associação com a vulnerabilidade, é a renda, conforme segue:

Gráfico 13

Total de domicílios com renda de até 1/2 S.M. per capita em cada proposta de área de CRAS*



*Com base na estimativa de crescimento populacional do IBGE para Jundiá em 2021 (15,349%)

Elaboração: Nexo, estudos e relatórios, 2021
Fonte: IPVS/IBGE 2010

Como exposto acima (gráfico 13), o CRAS Central é o que abrange a maior quantidade de domicílios de baixa renda (até 1/2 S.M. per capita, segundo estimativa 2021). Em cada uma das propostas de redivisão de territórios, esse número se reduz no CRAS Central, e os domicílios nessa condição são então transferidos aos demais CRAS. Ao final, na proposta 03, vemos que o CRAS Central ainda figura como o equipamento com maior número de domicílios de baixa renda, embora haja uma redução importante (de 4.269 na divisão atual para 3.465 na proposta 03).

Por fim, uma divisão equivalente em termos de quantidade de população é obviamente impossível dada a complexidade do território da cidade. Ainda assim, o que apresentamos aqui é uma aproximação do que julgamos ser uma divisão mais equitativa. Vale ressaltar que alguns CRAS, como o Santa Gertrudes e o Vista Alegre, apesar de terem menor número de população em

suas áreas, passam a contar com áreas ampliadas nas propostas. Assim, o fato de haver uma população menor a ser atendida, acaba por ser compensado com o trabalho extra de atender às populações residentes em áreas rurais e de Serra, algumas delas de difícil acesso.

3.3 – Proposta de adequação das equipes

As mudanças de áreas e os próprios dados das áreas atuais de CRAS já vem indicar, como tratado no item 2.3, o *déficit* de equipe e a falta de equipes volantes. Para todas as áreas de CRAS de qualquer uma das propostas apresentadas acima, é necessária a adequação das equipes²⁰. Tendo em contas as mudanças propostas nas áreas (cf. item 3.2.2), atualizamos a seguir a tabela 19 (apresentada no 2.3), que trata da equipe mínima para os equipamentos, conforme segue:

Tabela 23

Equipe mínima de CRAS em conformidade com as propostas de redivisão de áreas - Jundiá (SP)

CRA	Profissionais atuais			Equipe mínima			
	Médio	Superior	Total atual	Médio	Superior	Total mínimo	Déficit total
CE	4	4	8	6	7	13	-5
NH	2	5	7	6	7	13	-6
SC	3	3	6	6	7	13	-7
SG	1	4	5	6	7	13	-8
TA	3	2	5	6	7	13	-8
VA	3	3	6	6	7	13	-7
Total Geral	16	21	37	36	42	78	-41

Elaboração: Nexo, 2021

Fonte: BRASIL [ID CRAS], 2020; DVS Jundiá, 2021

* Considerou-se a necessidade de equipe volante para todas as propostas de áreas de CRAS

Vale lembrar que em todas as áreas de CRAS propostas é necessária a atuação de equipes volantes, tendo em vista os territórios rurais e áreas de Serra, conforme indicado na legislação (ver

²⁰ Na verdade, mesmo para a divisão atual de áreas de CRAS já se faz necessária a adequação das equipes. A única diferença em relação às novas propostas é que o CRAS São Camilo passa a exigir equipe volante em qualquer uma das novas divisões, mas todos os demais CRAS já faziam jus a tal adequação, ainda que viessem a manter suas áreas atuais.

item 1.1, p. 10) e conforme argumentamos no item 2.3.1 (em especial com base no mapa 10). Assim, pela tabela acima, verificamos um *déficit* total de equipe de 41 pessoas na proteção básica, considerando a equipe mínima para o ID CRAS 5 (BRASIL, 2020). Esse número está distribuído acima entre os CRAS com equipes iguais para cada equipamento, mas é possível a realocação de equipes, que podem ser maiores ou menores em algum CRAS específico, a depender da área de abrangência que for estabelecida para o mesmo. Para cada equipamento, com base na divisão equivalente de equipes, teríamos então 13 profissionais, sendo que pelo menos 7 precisam ter ensino superior, e no mínimo 3 devem ser assistentes sociais e 1 psicóloga (o). As demais 3 vagas de ensino superior podem ser preenchidas por profissionais de outras formações. Conforme o artigo 1 da Resolução CNAS nº 17 de 20/06/2011, as outras formações de nível superior para atuação nos serviços do SUAS são: Antropólogo, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional, e Musicoterapeuta (BRASIL [CNAS], 2011, p. 2 - 3).

Para além disso, há de se considerar o *déficit* de gestão. Não encontramos na legislação dados precisos sobre o número de equipes de gestão. Contudo, é de se esperar que estas devem existir em número e formação compatível com a demanda de suporte, avaliação e planejamento conjunto aos serviços de ponta. Nesse sentido, a NOB SUAS estabelece, em seu Art. 109, que “a gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador” (BRASIL [NOB], 2012, p. 46). E para tal, deve, entre outras ações:

- I - a realização de concurso público;
- II - a instituição de avaliação de desempenho;
- III - a instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente com certificação;
- IV - a **adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS**; (BRASIL [NOB], 2012, p. 46, grifos nossos).

Assim, se a legislação não estabelece um número mínimo de equipe para a gestão, ao menos determina a adequação do perfil profissional e indica algumas áreas de formações que deveriam

compor as equipes de gestão do SUAS. Considerando que tratamos aqui das equipes de gestão ligadas diretamente aos CRAS, a Diretoria de Proteção Social Básica e a Vigilância Socioassistencial são as principais áreas de gestão vinculadas a tais equipamentos. Para a Diretoria de Proteção Social Básica não encontramos orientações específicas sobre a equipe de gestão no que diz respeito à quantidade e formação específica dos profissionais, embora a gestão do SUAS deva, como indica a legislação, primar pelos cargos elencados no artigo 3 da Resolução CNAS nº 17 de 20/06/2011.²¹

Já para o Departamento de Vigilância Social, temos as Orientações Técnicas de Vigilância do Ministério Federal. Estas estabelecem que os recursos do IGDSUAS podem ser usados para a “contratação de estatísticos e sociólogos, ou outros profissionais, para atuarem como consultores” (BRASIL, 2011b, p. 44). Além disso, pode-se contratar pessoas físicas, ou jurídicas, em caráter temporário “como, por exemplo, estatísticos, sociólogos, analistas de sistemas, entre outros para assessorarem a equipe e atuarem em projetos específicos.” (BRASIL, 2011b, p. 41). No entanto, ainda conforme estas orientações, o “ideal é que exista uma equipe específica e permanente, uma vez que a Vigilância demanda um processo de construção de conhecimento, o que não é possível quando a equipe é muito fluída” (Idem, p. 40).

Para compor tal equipe, as Orientações então preconizam as seguintes áreas de formação: Sociologia, Estatística; Serviço Social e Psicologia, mas podem ainda serem incorporadas as formações estabelecidas na Resolução 17 de 2011 do CNAS (ver nota 21, nesta página). Conforme tal Resolução, as (os) profissionais devem possuir “I - Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação - MEC; II - Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver.” (BRASIL [CNAS], 2011a, p. 2). Tendo em vista que não se estabeleceu um quantitativo mínimo para a equipe de Vigilância, podemos analisar a situação pensando nos cargos de formação indicados pelas Orientações Técnicas e tendo em mente o mínimo de um profissional para cada área de formação, o que nos daria o seguinte quadro geral:

²¹ No nível de gestão, as formações elencadas como preferenciais são: “Assistente Social; Psicólogo; Advogado; Administrador; Antropólogo; Contador; Economista; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional” (BRASIL [CNAS], 2011a, p. 3)

Tabela 24

Vigilância Social - Déficit da equipe de gestão tendo em vista categorias por áreas de formação* - Jundiaí (SP)

	Atual	Mínimo	Déficit total
Sociologia	0	1	-1
Estatística	0	1	-1
Serviço Social	0	1	-1
Psicologia	0	1	-1
Total geral	0	4	-4

Elaboração: Nexo, 2021

Fonte: BRASIL [Orientações de Vigilância Social], 2011.

*Considera-se a quantidade de profissionais contratados dentro de cargos que requerem diploma de curso de graduação na área e registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver, conforme legislação (CNAS, 2011).

Não há, então, nenhum profissional contratado em cargo cuja a formação seja requerida como de nível superior nas áreas indicadas pelas Orientações Técnicas de Vigilância. Obviamente isso não significa dizer que as equipes de gestão não têm profissionais atuantes, na verdade elas têm. Contudo a estes deveriam, seguindo as orientações federais, serem incorporados profissionais com formação específica e contratados dentro de cargos compatíveis. Desse modo, a gestão estaria melhor assistida e com mais profissionais, o que possibilitaria a ampliação e qualificação dos serviços de monitoramento, avaliação, planejamento e suporte aos equipamentos.

Logo, ao *déficit* de profissionais nos serviços, soma-se o *déficit* na gestão, o que resulta em um mínimo de 45 pessoas a serem contratadas se considerarmos qualquer uma das propostas de redivisão de áreas de CRAS. Já se as áreas atuais forem mantidas, a única diferença em relação ao *déficit* de equipe seria em decorrência do CRAS São Camilo, que não faria jus à implementação de equipe volante com sua área atual, reduzindo assim o *déficit* total mínimo de 45 para 41 profissionais (incluindo gestão e serviços).

3.4 - Conclusão da terceira parte

De todos os CRAS, o Central é o equipamento cujo endereço atual é o mais distante dos núcleos de vulnerabilidade (média, alta ou muito alta) que estão contidos em sua área de abrangência – ainda que a Vila Ana esteja no limite do raio de 2km deste CRAS e ele se localize em local de fácil acesso via transporte público. Indicamos então 6 possibilidades de endereços alternativos para este CRAS, com as informações da população e a classificação do IPVS nos territórios do entorno de cada endereço. Os dados sociais relativos ao que está contido dentro de um raio de 2km de cada sugestão de endereço foram expostos no item 3.1. Para a sugestão de endereço próximo ao Jardim Sorocabano, vale enfatizar que esta ficaria invalidada se a área do CRAS Central for alterada conforme as propostas de áreas de CRAS 02 e 03 (discutidas acima, item 3.2.2), para as quais o Sorocabano passaria a ser área do CRAS Vista Alegre.

Quanto às áreas de CRAS, vimos que a área atual do Central é demasiadamente extensa, cobrindo um território equivalente à quase metade da cidade. Por outro lado, vimos também que grande parte deste território é a Serra do Japi, local com baixíssima densidade demográfica e uma boa parte da área de reserva da Serra, além de uma zona rural à Nordeste, já na divisa com Itatiba. Além disso, sua área abrange também o centro urbano, território mais populoso e povoado da cidade, em extremo contraste com à área de Serra. Este território urbano, embora seja o maior em termos de população absoluta, comporta muitos setores censitários de baixíssima vulnerabilidade, ou seja, domicílios que em sua maioria não estão dentro do que se define como público prioritário da assistência social. Ainda assim, quando consideramos a área total deste CRAS, encontramos vários domicílios de baixa renda e alguns setores censitários de alta vulnerabilidade.

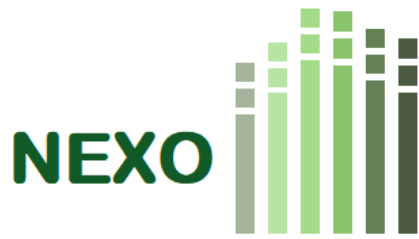
Entre as áreas de CRAS, a área do CRAS Central é a que mais demandava alteração, e a sua redução implica necessariamente o aumento das áreas dos outros equipamentos. Excetuando o CRAS Novo Horizonte (que já contava com área extensa e muito bem delimitada por bordas definidas em vias de alto fluxo de veículos ou zonas limítrofes com outras cidades), para todos os

demais sugerimos propostas de redefinição de áreas de abrangência, incorporando áreas que antes eram apenas do Central.

Dessa maneira, sugerimos as 03 propostas de readequação de áreas de CRAS discutidas em detalhes acima (item 3.2.2). Vale notar que apesar da redução de área do Central, ainda assim mantivemos para este CRAS uma parte da Serra (tendo em vista que a extensão da Serra nos parece demasiada grande para ser coberta por um só CRAS). Contudo, a atuação do CRAS Central fica, com as propostas de redivisão, mais focada em meio urbano, já que retira-se de sua área as zonas rurais próximas à Itatiba e já que a área de Serra que lhe sobra é muito menos povoada. Todas as informações sobre os dados do que contém cada uma das propostas de áreas em termos de população em vulnerabilidade, em situação de baixa renda, população total e extensão em KM² estão expostas no item 3.2.2 (partes A e B). Como já argumentamos ao longo do texto, uma divisão igualitária seria impossível de se realizar na prática, seja pela complexidade das formas de agrupamentos populacionais, seja pela carência de dados atualizados, ou mesmo pelas barreiras físicas que delimitam algumas áreas (rios, rodovias, etc.). Mesmo assim, buscamos minimizar as desigualdades entre os CRAS no que se refere à distribuição da população prioritária e à extensão das áreas.

Não obstante, falar em redivisão implica pensar na demanda dos territórios e nas equipes que atendem os mesmos. Mas as equipes necessitam de suporte da gestão, e por isso pensamos em equipes tendo em conta as(os) funcionárias(os) da gestão diretamente ligados aos trabalhos dos CRAS, além das próprias equipes de CRAS. Calculamos então o *déficit* de equipes nessas duas áreas (gestão e serviços), conforme apresentado no item 3.3. Chegamos ao número de 45 pessoas em desfalque no SUAS de Jundiaí, considerando somente a proteção básica (incluindo unicamente os CRAS e a Vigilância Social) e o número **mínimo** de funcionárias(os) para uma cidade com o porte populacional de Jundiaí e em consonância com a sua categoria no país – a cidade tem o 17º maior PIB total do Brasil e 65º PIB per capita, entre 5.570 municípios, conforme os últimos dados divulgados pelo IBGE, que são de 2018 (cf. IBGE, 2021).

Por fim, as sugestões de mudanças (de endereço, equipes e áreas) se baseiam no conhecimento que dispomos da cidade e nos dados de pesquisas que estão expostos ao longo do



relatório. Para além disso, o conhecimento prático das equipas deve orientar também as mudanças que, reforçamos, devem ser discutidas entre todos os envolvidos para chegarmos à proposta que melhor atenda as necessidades de trabalhadoras (es) e população atendida. Assim, as propostas aqui apresentadas devem ser discutidas e complementadas com esse conhecimento prático das equipas técnicas e melhorias e adaptações são bem vindas com base nas discussões entre as equipas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Indicador de Desenvolvimento das unidades CRAS, segundo o Censo SUAS 2019 – Vigilância Socioassistencial** do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2020.

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, jul. 2005a.

_____. **Norma Operacional Básica do SUAS – Recursos Humanos**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, jul. 2005a.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

_____. **Orientações Técnicas de Vigilância Socioassistencial**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, (sem data).

_____. **Pacto de Aprimoramento do SUAS [Gestão municipal] (2014/2017)**. Diário oficial da União, Imprensa Nacional, [resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social]. Brasília – DF, 17 de julho de 2013.

_____. **Política Nacional de Assistência Social/2004**. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, nov. 2005b.

_____. **Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de junho de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados da Sinopse por setor censitário**, Rio de Janeiro, 2011.

_____. @Cidades. **IBGE**, Rio de Janeiro, [2021] Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama> Acesso em: 14 de setembro de 2021.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social [atual Ministérios da Cidadania]). **Relatório de Programas e Ações do MDS**. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Brasília: MDS, 2021. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=352590&aM=0#sociodemografico> Acessado em 06 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo dos Santos. **Analfabetismo: histórico geral e estado do fenômeno na segunda década do século XXI. Um estudo de caso da cidade de Jundiaí (SP)**. (Dissertação de mestrado). Campinas: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2021.

_____. **Relatório estatístico / analítico dos dados de atendimento dos CRAS de Jundiaí (SP) em 2018**. Jundiaí, SP: Nexo, estudos e relatórios, 2018. Disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/assistencia-e-desenvolvimento-social/wp-content/uploads/sites/5/2019/10/relatorio_cadunico_2018.pdf Acessado em: 16 de setembro de 2021.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). **IPVS versão 2010: índice paulista de vulnerabilidade social** [Internet]. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2013.



SEDUC-SP (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo). **Critérios para transporte escolar.**

Disponível em: <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-05697/pt-br>

Acessado em 17 de setembro de 2021.

